



FACULDADE NACIONAL DE DIREITO



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

FACULDADE DE DIREITO

A ANÁLISE DA INAPLICABILIDADE DO DANO MORAL ÀS PESSOA JURÍDICAS

CASSIO FELIPE RIBEIRO DE ANCHIETA

Rio de Janeiro
2017/1º Semestre



FACULDADE NACIONAL DE DIREITO



CASSIO FELIPE RIBEIRO DE ANCHIETA

A ANÁLISE DA INAPLICABILIDADE DO DANO MORAL ÀS PESSOA JURÍDICAS

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Fabiana Barletta**.

Rio de Janeiro.
2017/1º Semestre



FACULDADE NACIONAL DE DIREITO



UFRJ

CASSIO FELIPE RIBEIRO DE ANCHIETA

A ANÁLISE DA INAPLICABILIDADE DO DANO MORAL ÀS PESSOA JURÍDICAS

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Fabiana Barletta**.

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Co-orientador (Opcional)

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro.

2017/1º Semestre

RESUMO:

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo a análise acerca da possibilidade de a pessoa jurídica possuir direitos da personalidade, a exploração dos danos morais, bem como a possibilidade de reparação por tais danos sofridos pela pessoa jurídica. Visa demonstrar o erro da doutrina e jurisprudência em manter, de forma acrítica, o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça por meio da Súmula 227, reconhecendo a possibilidade de pessoas jurídicas sofrerem danos morais. As pessoas jurídicas não fazem jus aos direitos da personalidade, por serem intrínsecos à pessoa humana, conquistado ao longo da história da humanidade. Esses direitos são referentes aos aspectos físicos e psíquicos do ser humano e tem como base o princípio da dignidade da pessoa humana. Os entes fictícios podem ser vítimas apenas de danos patrimoniais, enquanto as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sofrem danos institucionais, por causar a perda de credibilidade perante a sociedade, com consequências no desenvolvimento de suas atividades.

PALAVRAS-CHAVES: direitos da personalidade da pessoa jurídica; responsabilidade civil; danos morais da pessoa jurídica; danos institucionais.

ABSTRACT:

The purpose of this work is to analyze the possibility of the legal person having personality rights, the exploitation of moral damages, as well as the possibility of compensation for such damages suffered by the legal entity. It aims to demonstrate the error of doctrine and jurisprudence in uncritically maintaining the understanding summoned by the Superior Court of Justice through Summary 227, recognizing the possibility of legal entities suffering moral damages. Legal persons do not live up to the rights of the personality, because they are intrinsic to the human person, conquered throughout the history of humanity. These rights refer to the physical and psychic aspects of the human being and are based on the principle of the dignity of the human person. The fictitious entities can only be victims of property damage, while nonprofit corporations suffer institutional damages, as they cause loss of credibility before society, with consequences in the development of their activities.

KEYWORDS: personality rights of the legal entity; civil responsibility; Legal damages; Institutional damage.

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 PESSOA JURÍDICA.....	7
2.1 Breve histórico.....	7
2.2 Conceito.....	9
2.3 Natureza jurídica.....	11
3 DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	6
3.1 Evolução histórica.....	13
3.2 Conceito de direitos da personalidade.....	15
3.3. A Pessoa jurídica e os direitos da personalidade.....	17
3.3.1 Compatibilidade dos direitos da personalidade com as pessoas jurídicas.....	18
3.3.2 Incompatibilidade dos direitos da personalidade com as pessoas jurídicas.....	22
3.2.2.1 Direito ao nome.....	28
3.2.2.2 Direito à privacidade.....	29
3.2.2.3 Direito de imagem.....	30
3.2.2.4 Direito à honra objetiva.....	32
3.4 Inaplicabilidade dos direitos de personalidade à pessoa jurídica.....	33
4 DANOS MORAIS.....	34
4.1 Evolução histórica.....	34
4.2 Conceito.....	37
4.2 Considerações acerca da possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais.....	40
4.2.1 Correntes que afirmam a possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais....	40
4.2.2 Correntes que negam a possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais.....	43
5 DANO INSTITUCIONAL.....	48
6 CONCLUSÃO.....	54
7 REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado no presente artigo científico tem por objetivo a análise acerca da possibilidade de a pessoa jurídica sofrer danos morais.

Com a publicação da súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça, súmula essa que autorizou à pessoa jurídica sofrer danos morais, a controvérsia quanto ao tema se assentou tornando a matéria quase pacificada. No entanto, cabe a doutrina e jurisprudência pátria não se acomodar, perante a uma súmula, a qual é passível de mudança, sem que se analise de maneira crítica.

Inicialmente, faz-se necessário analisar se as pessoas jurídicas, assim como as pessoas físicas, possuem direitos da personalidade, tendo em vista que apesar do fato da pessoa jurídica não possuir existência física, sendo uma criação do direito, surge a dúvida se esta poderia ser sujeito de tais direitos.

Os danos extrapatrimoniais decorrem da violação dos direitos da personalidade, caracterizando-se o dano moral. Logo, podemos afirmar indubitavelmente que as pessoas físicas podem sofrer danos morais, todavia, em se tratando de pessoa jurídica, ao passo que é desprovida de sentimentos, o tema apresenta controvérsias quanto à possibilidade da pessoa jurídica ser sujeito dos direitos da personalidade.

O propósito principal desta pesquisa é construir o entendimento de que as pessoas jurídicas não são detentoras de direitos da personalidade. Tais direitos são inerentes a condição humana, aos seus aspectos físicos e psíquicos, assim as pessoas jurídicas só poderiam sofrer danos de natureza patrimoniais, que reverberam nas suas atividades e objetivos empresariais, caracterizado pela dificuldade de se liquidar esses danos. Diante disso, utiliza-se da técnica de arbitramento judicial de dano moral à pessoa humana, pois carece de critérios objetivos para a quantificação.

Existe a necessidade de se legislar a regulamentação, seja a favor da utilização da técnica de arbitramento judicial, seja a favor de estipular critérios objetivos de quantificação

de danos materiais de difícil liquidação. Quanto as entidades sem fins lucrativos, essas também não sofrem danos morais, mas sim danos institucionais, que repercutiriam no desenvolvimento de suas atividades negociais, já que no caso dessas entidades não seria possível o dano material devido a própria natureza de suas atividades.

O presente estudo é importante por trazer uma interpretação civil-constitucionalista sobre o tema, uma vez que, os fundamentos e princípios que regem e dão sustentáculo para a pessoa humana e a pessoa jurídica são diferentes. Enquanto a pessoa natural é tutelada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, sendo esse o vetor de orientação de todo o ordenamento jurídico pátrio, a pessoa jurídica é protegida pela a liberdade de iniciativa e liberdade econômica.

O presente estudo contraria a doutrina majoritária e a jurisprudência, e seu entendimento representado pela Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça, com base em respeitados doutrinadores pátrios como Gustavo Tepedino, Anderson Schreider, Maria Celina Bodin de Moraes e Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal.

O objetivo do trabalho é provocar a mudança de mentalidade aos aplicadores de direito, utilizando-se da hermenêutica para criar assim novos processos de interpretação, constituídos sobre o fato de que pessoas jurídicas não podem ser titulares de direitos da personalidade e, assim serem passíveis de sofrer violência de cunho moral, dando causa a indenização por esse motivo.

Percebe-se a falta de uma análise profunda, por parte dos magistrados ao reconhecer entes fictícios como titulares de alguns direitos da personalidade, sobre a natureza desses direitos, fundamentos, valores e princípios que os orientam e se, diante disso, as pessoas jurídicas podem ostentar tais direitos.

A metodologia aplicada é a bibliográfica, visto que consiste na pesquisa de vasto acervo de livros, jurisprudência, artigos de internet e periódicos, buscando tanto a doutrina nacional como a alienígena.

De forma a facilitar o entendimento, o presente trabalho foi dividido em 4 capítulos. Inicialmente, por razões didáticas, visou-se conceituar a pessoa jurídica, analisar sua natureza

jurídica e as teorias que dão origem a esses entes abstratos. Posteriormente, no segundo capítulo objetiva-se a exploração dos direitos da personalidade e a análise da possibilidade ou não da pessoa jurídica possuir tais direitos. Em seguida, no terceiro capítulo analisa-se a existência do dano moral, sua evolução histórica e conceito os argumentos favoráveis e contrários à possibilidade de a pessoa jurídica sofrer tais danos. Por fim, o quarto capítulo traz apresentação de um novo instituto chamado dano institucional com objetivo de resolver o problema dos entes abstratos sem fins lucrativos.

2 PESSOA JURÍDICA

2.1 Breve histórico

O ser humano, ao longo de sua história sempre procurou se socializar, unindo-se a outros indivíduos em busca de interesse econômicos ou não patrimoniais. Talvez sua principal característica seja a necessidade de se viver em grupos, sendo um ser extremamente sociável, esse aspecto de nossa natureza tornou mais fácil nossa sobrevivência e evolução.

As tarefas eram divididas por cada indivíduo do grupo, e ao fim tudo somado e dividido em benefício de todos, isso facilitava a vida dos indivíduos e garantia sua sobrevivência. Consequentemente, surge mais tarde as pessoas jurídicas, com capacidade jurídica, por uma vontade e necessidade criadas pelos homens como uma maneira de alcançar seus objetivos que sozinho não seria possível.

O direito aparece para legitimar essas associações humanas, tutelando seus direitos para que pudessem atuar como uma unidade que representava pessoas físicas. Dessa maneira, os humanos através dessa união de recursos conseguiram um maior êxito em atingir seus interesses coletivos.

A evolução histórica da pessoa jurídica, passa por três momentos, o romano, o medieval e o moderno.¹ No período romano a noção de pessoa jurídica não estava ainda devidamente formulada, não existia um conceito definido para essa associação de pessoas e bens com

¹ AMARAL, Francisco. **Direito civil: introdução**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 227.

personalidade própria. A base da teoria da pessoa jurídica só viria a surgir na Idade Média, como assevera Coelho:

Os alicerces da teoria da pessoa jurídica encontram-se na Idade Média, em noções destinadas a atender às necessidades de organização da Igreja Católica e preservação de seu patrimônio. Naquele tempo, o direito canônico separava a Igreja, como corporação, de seus membros (os clérigos), afirmando que aquela tem existência permanente, que transcende a vida transitória dos padres e bispos. Também por ser a Igreja uma corporação independente de seus integrantes, nem todos podem falar legitimamente por ela, mas, dependendo do assunto, apenas os membros de determinada hierarquia, consultando previamente, por vezes, alguns dos seus pares. Outra importante implicação do reconhecimento da Igreja como uma corporação inconfundível com os seus integrantes era pertinente aos bens. A afirmação da vida da Igreja em separado leva à distinção entre o patrimônio dela e o de cada membro do clero. Falecendo um padre ou bispo, os bens em sua posse não podiam ser transmitidos a sucessores por pertencerem à corporação.²

Na era moderna, surge o conceito de pessoa jurídica, baseado nas normas romanas e canônicas. A doutrina alemã, ao unificar o direito civil, faz emergir diversas pessoas jurídicas, diferentes da pessoa física, com personalidade e titulares de relações jurídicas. Percebe-se que o instituto da pessoa jurídica é fruto de uma evolução histórica e social, que se modificou ao longo dos anos.

2.1 Conceito

A nomenclatura *pessoa jurídica*, que foi adotada no Brasil em seu código civil, não é única. Há uma outra diversidade de nomes para esses entes fictícios em todo mundo, tais como: pessoas abstratas, civis, coletivas, universais, fictícias, dentre outras, mudando de acordo com o ordenamento jurídico de determinado país.

Carlos Roberto Gonçalves, traz o conceito de pessoa jurídica:

Consiste num conjunto de pessoas ou de bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, para a consecução de fins comuns. Pode-se afirmar, pois, que pessoas jurídicas são entidades a que a lei confere personalidade, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações. A sua principal característica é a de que atuam na vida jurídica com personalidade diversa da dos indivíduos que as compõem.³

2 COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Parte Geral, volume 1**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 211.

3 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume 4: Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 203

Na obra de Gustavo Tepedino, Heloisa Helena Barboza e Maria Celina Bodin de Moraes, define ser um conjunto de pessoas ou de bens, com personalidade jurídica, tratado como sujeito de direito capaz de contrair direitos e obrigações, porém não sendo dotadas de relações jurídicas existenciais, complementa:

(...) ao lado das pessoas humanas, o ordenamento também empresta subjetividade às pessoas jurídicas. Esta capacidade, para ser sujeito de direito, é expediente técnico que confere à pessoa jurídica personalidade, expressão tomada em seu sentido subjetivo (capacidade para o exercício de direitos), e não no sentido objetivo (bem jurídico e centro de imputação das relações jurídicas existenciais). (...) Nas palavras de Pontes de Miranda, 'não só o ente humano tem personalidade. Portanto não só ele é pessoa. Outras entidades podem ser sujeitos de direito; portanto, ser pessoa, ter personalidade. A tais entidades, para se não confundirem com as pessoas-homens, dá-se o nome de pessoas jurídicas, ou morais, ou fictícias, ou fingidas'. (...) Pessoas jurídicas, portanto, é o agrupamento de pessoas dotado pela lei de aptidão para a titularidade de direitos e obrigações na ordem civil, tendo, assim, personalidade jurídica própria, independente da de seus membros.⁴

Nessa esteira, Orlando Gomes leciona que:

São, em síntese, grupos humanos dotados de personalidade, para a realização de fim comum. Não há denominação única para esses grupos: pessoas morais, pessoas civis, pessoas sociais e pessoas jurídicas. Todas essas expressões não revelam com propriedade o ente que designam. A mais difundida – pessoa jurídica – é ambígua, porque, propriamente falando, todas as pessoas são jurídicas, no sentido de que a personalidade é conceito jurídico e seus atributos se regulam pelo Direito. Mas, apesar disso, incorporou-se definitivamente ao nosso vocabulário jurídico.⁵

Segundo Caio Mario da Silva Pereira, em geral, é necessário a combinação de três fatores: (a) a vontade humana criadora; (b) a observância dos requisitos legalmente previstos para sua formação, e (c) a liceidade de seus objetivos.⁶ Assim, é imperioso que a pessoa jurídica tenha gênese na vontade humana, em conformidade com as prescrições legais previstas no ordenamento jurídico pátrio. Além disso, não menos importante, não é suficiente ter objetivos, mas sim que esses sejam lícitos, característica que difere estas das organizações criminosas que visam obter vantagens de natureza econômica indevidas e ilícitas.

Vale pontuar que a capacidade atribuída as pessoas jurídicas são fundadas no reconhecimento da personalidade jurídica reconhecida pelo ordenamento jurídico,

4 Ibid., p. 203.

5 GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Atualizadores Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p.168.

6 PEREIRA. Caio Mario; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Instituições de Direito Civil**. V. 1. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 297.

concedendo direitos e obrigações as mesmas, além de possuir capacidade postulatória para estar em juízo e função social, pois é o meio para atingir os objetivos dos homens.

2.2 Natureza jurídica

Quanto ao tema, é objeto de muita discussão, não havendo consenso entre os doutrinadores. Há diversas teorias tentando explicar a natureza jurídica das pessoas jurídicas, porém podemos reconhecer que existem dois grandes grupos: a teoria negativista e a teoria afirmativista. A primeira não reconhece a pessoa jurídica como um ente que teria sua própria existência, ao longo do tempo essa teoria perdeu força, não conquistando muito adeptos, dando espaço para o surgimento das teorias afirmativistas que reconheciam a personalidade da pessoa jurídica, representada por três vertentes teóricas, como explica Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

Para a Teoria da Ficção a pessoa jurídica é mera ficção, abstração e criação da lei, não havendo uma existência real, mas mera ficção legal com o intuito de facilitar as relações jurídicas, uma vez que somente os sujeitos dotados de vontade podem, por si mesmos, titularizar direitos subjetivos.

(...) Por outro lado, a Teoria da Realidade Objetiva aduz que a pessoa jurídica não é mera abstração ou criação da lei, pelo contrário tem existência própria, um organicismo sociológico. Ela foi defendida por Schäffle, Lilienfeld, Bluntschli, Gierke, Giorgi, Fadda e Bensa, bem como no Brasil por Lacerda de Almeida, Cunha Gonçalves e o genial Clóvis Beviláqua.⁷

O nosso Código Civil adota a Teoria da Realidade Técnica, seria a melhor teoria para explicar a natureza da pessoa jurídica, pois equilibra as anteriores, defende sua existência real e atuação social, e não nega que a personalidade seria atribuída pelo direito, fruto de uma técnica jurídica, aspecto negado pela teoria da realidade objetiva. De acordo com a Teoria da Realidade Técnica, em alguns casos essa personalidade pode ser desconsiderada, principalmente quando ocorre desvio de finalidade social.

Segundo Caio Mário da Silva Pereira, existiriam inúmeras teorias para tentar elucidar a natureza das pessoas jurídicas, destacando-se quatro principais: teorias da ficção, da propriedade coletiva, da realidade e institucional, como brilhantemente explica:

⁷ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. v.3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 258

Teorias da ficção. Sob esta epígrafe podem ser agrupadas as que negam a existência real da pessoa jurídica procurando explicá-las como ente fictício. (...) A primeira delas, a mais típica, é a que considera a pessoa jurídica como mera criação legal, cuja existência só encontra explicação como ficção da lei, ou da doutrina. (...) Propriedade coletiva. Dando combate à teoria da ficção, que não satisfaz, surgiu a teoria da propriedade coletiva (...) que, em linhas gerais, assim se pode resumir: ao lado da propriedade individual existe a propriedade coletiva, e, sob a aparência de uma pessoa civil, o que existe é a massa de bens possuída por um grupo mais ou menos numeroso de pessoas, subtraída ao regime da propriedade individual. Este patrimônio, criado em razão das finalidades a que se propõem os indivíduos que se associam, distingue-se do patrimônio de cada um dos aderentes. (...) Assentada à ideia na propriedade coletiva dos associados sobre um acervo de bens, ficam desde logo excluídas as que não os possuem e, portanto, a teoria é imperfeita por não abranger todos os tipos de entidades. (...) Teoria da instituição. Institucionalista, Hauriou transpôs para a caracterização da pessoa jurídica a ideia da instituição imaginando os entes morais como organizações sociais que, por se destinarem a preencher finalidades de cunho socialmente útil, são personificadas. (...) A teoria institucionalista não encontra explicação para a concessão de personalidade jurídica às sociedades que se organizam sem a finalidade de prestar um serviço ou preencher um ofício. Teorias realista. (...) Verifica o direito que, desde os tempos antigos, houve agrupamentos de indivíduos com a finalidade de realizar os seus interesses ou preencher as exigências sociais. O direito sempre encarou estes grupos destacadamente de seus membros, o que significa que a ordem jurídica considera estas entidades como seres dotados de existência própria ou autônoma, inconfundível com a vida das pessoas naturais que os criaram. Diante dessa realidade objetivamente perceptível, a ordem legal atribuiu personalidade jurídica a qualquer agrupamento suscetível de ter uma vontade própria e de defender seus próprios interesses.⁸

Logo, as pessoas jurídicas são reais, porém não se compara com as pessoas naturais, cabendo ao direito assegurar direitos subjetivos tanto para as pessoas jurídicas quanto para as pessoas naturais. Assim, a personalidade atribuída pelo direito a pessoa jurídica, a permite ter existência e vontade diversa de seus membros, com autonomia e capacidade própria, atuação social, aptos a contrair obrigações e direitos patrimoniais, mesmo não possuindo existência física. Por esses motivos, são entes inaptos a merecerem determinadas categorias de direitos inerentes a pessoa humana.

3 DIREITOS DA PERSONALIDADE

3.1 Evolução histórica

A doutrina tradicional trata dos direitos de primeira geração, surgidos na Revolução Francesa em 1879, passando a positivizar os direitos do homem, tornando-os direitos

⁸ PEREIRA. Caio Mario; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Instituições de Direito Civil**. V. 1. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 309-310.

fundamentais baseados no princípio da liberdade e dos direitos políticos, que tinha como principal objetivo a limitação do poder estatal frente as liberdades individuais por meio da intervenção mínima do Estado nas relações privadas.⁹

Com a revolução industrial, ocasionada pelo desenvolvimento tecnológico, é possível observarmos um aumento significativo dos meios de produção, em contrapartida, a exploração da classe trabalhadora foi cada vez maior para que produzissem mais, resultando no enriquecimento dos burgueses donos dos meios de produção, que representavam uma pequena parcela da população. Tal fato foi decisivo para o agravamento da desigualdade social, pois os indivíduos eram tratados de forma igual sem observar as suas especificidades e necessidades especiais individuais.¹⁰

A partir das reivindicações da população para que o Estado intervisse de forma positiva para diminuir a desigualdade social ocasionada, promovendo o bem estar social e garantindo aos indivíduos direitos sociais, econômicos e sociais, fizeram com que diversos países viessem a prever tais direitos em seu ordenamento jurídico, como a Constituição Mexicana de 1917, a Constituição Alemã em 1919, influenciada pela mexicana e em 1931 a Constituição Espanhola.¹¹

Sylvio Motta leciona que a positivação dos direitos humanos como fundamentais ocorreu com as declarações de direito nos Estados norte-americanos em 1776 na Virgínia.¹²

O movimento da segunda geração de direitos veio a consagrar o direito à dignidade da pessoa humana, como forma a se garantir um mínimo existencial aos seres humanos, por meio de um agir estatal com a finalidade de resolver os problemas sociais existentes, buscando-se a justiça social.

9 FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. **Danos Morais e a Pessoa Jurídica**. São Paulo: Método, 2008. p. 118.

10 Ibid., p. 118.

11 Ibid., p. 119.

12 MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e questões**. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012. p. 139.

Verificada a importância de tais direitos, em 1948 o órgão internacional da Organização das Nações Unidas veio a estabelecer a Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrando em caráter internacional os direitos humanos. Posteriormente, diversos países passaram a prever a proteção da Dignidade Humana em seu ordenamento, adequando-se ao estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, tornando os direitos humanos, direitos fundamentais.¹³

Ives Gandra da Silva Martins cita Francisco Tomás y Valente, diferenciando os direitos fundamentais e os direitos humanos:

Esta significa uma concepção ético-filosófica [direitos humanos], portanto uma concepção semântica muito abrangente, aquela apresenta uma conceituação mais restrita [direitos fundamentais], referindo-se ao ordenamento jurídico-constitucional. Uma concepção sistêmica da Constituição não pode vislumbrar as normas constitucionais apenas sob um ponto de vista normativo.¹⁴

Os direitos sociais, passaram a ser previstos no ordenamento jurídico brasileiro com a Constituição de 1934, que utilizou como base a Constituição de Weimar de 1919, elevando o país a condição de Estado Social de Direito.¹⁵ Contudo, a constituição brasileira veio a disciplinar a ordem social juntamente com a ordem econômica, remetendo à ideia de que a aplicação daquela dependia de circunstâncias econômica. Sendo assim, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a separação dos direitos sociais da ordem econômica, ampliando-se o rol dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos.¹⁶

A Constituição de 1988, veio a estabelecer o princípio da dignidade da pessoa humana como um de seus princípios basilares.¹⁷ Contrário ao direito de propriedade previsto no Código Civil de 1916 e todo seu arcabouço patrimonialista, o princípio da dignidade da pessoa humana alcançou patamar de máxima constitucional, sobrepondo-se ao direito de propriedade, visto que seu objetivo é garantir ao seu tutelado um mínimo de condições para

13 MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder. **Tratado de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 584.

14 Ibid., p. 585.

15 MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e questões**. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 141

16 MARTINS; MENDES; NASCIMENTO, op. cit., p. 599.

17 MARTINS; MENDES; NASCIMENTO, op. cit., p. 584.

que ele sobrevivesse, colocando o ser humano como centro de todo o ordenamento jurídico, e não mais do direito de propriedade.

O princípio da dignidade da pessoa humana passou a servir como orientação de todo o ordenamento jurídico, uma vez que, em regra, não pode ser mitigado, limitando, portanto, a atuação estatal e dos particulares, impondo que suas atuações deverão ser compatíveis com tal princípio, contudo devemos observar que a sua limitação decorre da previsão de outros direitos previstos também na Constituição Federal.¹⁸

A concretização do princípio da dignidade da pessoa humana decorrente dos direitos humanos, atualmente previstos em nossa Carta Magna, se dá por meio dos direitos e garantias fundamentais individuais nela previstos, em seu art. 5º e incisos, pelos direitos sociais previstos em seu artigo 6º ao 11, direitos à nacionalidade (art. 12), direitos políticos (art.14) e direitos de criação, organização e participação em partidos políticos.¹⁹

Por este entendimento, além dos direitos da personalidade estarem previstos no nosso ordenamento jurídico pátrio, estes também se encontram previstos nos artigos 11 a 21 do Código Civil, de acordo com o que foi estabelecido no Enunciado número 274 da IV Jornada de Direito Civil.

Podemos dizer que os direitos da personalidade encontram-se previstos dentro de um rol exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais, os quais são inerentes à condição humana.

3.2 Conceito de direitos da personalidade

Observa-se que a doutrina possui uma grande dificuldade em conceituar os direitos da personalidade, posto que a sociedade sofre mudanças em seu seio social muito rapidamente e de forma constante.

18 MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 30

19 Ibid., p. 32.

Leciona Roxana Borges que o fundamento básico dos direitos da personalidade é o princípio da dignidade humana, e que tais direitos têm por finalidade a concretização do princípio da dignidade humana.²⁰

Sustenta, ainda, Paulo Nader que os direitos da personalidade, tem fulcro na personalidade, portanto, decorrem dos direitos fundamentais, e estes, por sua vez, decorrem dos direitos humanos, objetivando a proteção unicamente da condição humana.²¹

Maria Helena Diniz define como:

São direitos subjetivos da pessoa defender o que lhe é próprio, ou seja, a sua integridade física (vida, alimentos, próprio corpo vivo ou morto, corpo alheio, vivo ou morto, partes separadas do corpo vivo ou morto); a sua integridade intelectual (liberdade de pensamento, autoria científica, artística e literária) e sua integridade moral (honra, recato, segredo pessoa, profissional e doméstico, imagem, identidade pessoal, familiar e social).²²

Segundo Flávio Tartuce:

Os direitos da personalidade têm por objeto os modos de ser, físicos ou morais do indivíduo e que se busca proteger com eles são, exatamente, os atributos específicos da personalidade, sendo a personalidade a qualidade do ente considerado pessoa. Na sua especificação, a proteção envolve os aspectos psíquicos do indivíduo, além de sua integridade física, moral e intelectual, desde a sua concepção até a sua morte.²³

Diz Orlando Gomes que os direitos da personalidade são direitos considerados essenciais à pessoa humana, que a doutrina moderna preconiza e disciplina a fim de resguardar a sua dignidade.²⁴

Para Pietro Perligieri: “A personalidade é, portanto, não um direito, mas um valor (o valor fundamental do ordenamento) e está na base de uma série aberta de situações existenciais, nas quais se traduz a sua incessantemente mutável exigência de tutela.”²⁵

20 BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Direitos da Personalidade e Autonomia Privada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 16.

21 NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 215.

22 DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v. 7. 28. ed. São Paulo: Saraiva. 2014. p. 108-110

23 TARTUCE, Flavio. **Direito Civil: lei introdução e parte geral**. v. 1. 6. ed. São Paulo: Método, 2010. p. 142.

24 GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 138.

Apesar da dificuldade de conceituação, observa-se que é pacífico o entendimento que sua tutela tem como objetivo a proteção dos aspectos físicos, morais e intelecto ser humano, garantindo a ele uma condição mínima de existência digna, os quais se consubstanciam nos direitos à vida, igualdade, liberdade, integridade psicofísica e solidariedade, efetivando a dignidade humana.

Sendo assim, há de se afirmar que os direitos da personalidade decorrem da personalidade do indivíduo, sendo, portanto, inerentes à condição humana, inatos, logo, é correto afirmar que a aplicação efetiva dos direitos se dá ao ser humano que nasce com vida até sua morte, conforme depreende-se do entendimento do Caio Mário: “A personalidade é um atributo do ser humano que o acompanha por toda a sua vida. Como a existência da pessoa natural termina com a morte, somente com esta cessa a sua personalidade.”²⁶

A compreensão do conceito dos direitos da personalidade se faz necessária para que seja possível compreender a amplitude e definição dos danos morais, tendo em vista que o ferimento aos direitos da personalidade acarretam danos extrapatrimoniais, ou seja, um instituto está intimamente ligado ao outro.

Por sua vez, dispõe Venosa que:

Esses direitos da personalidade relacionam-se com o Direito Natural, constituindo o mínimo necessário do conteúdo da própria personalidade. Diferem dos direitos patrimoniais porque o sentido econômico desses direitos é absolutamente secundário e somente aflorará quando transgredidos: tratar-se-á, então, de pedido substitutivo, qual seja, uma reparação pecuniária indenizatória pela violação do direito, que nunca se colocará no mesmo patamar do direito violentado. Os danos que decorrem da violação desses direitos possuem caráter moral. Os danos patrimoniais que eventualmente podem decorrer são de nível secundário. Fundamentalmente, é no campo dos danos morais que se situa a transgressão dos direitos da personalidade. De fato, em linhas gerais, não há danos morais fora dos direitos da personalidade.²⁷

Dada a sua importância, os direitos da personalidade possuem os seguintes atributos: efeito erga omnes, sendo oponível a todos da sociedade; são gerais, pois são concedidos aos seres humanos pelo simples fato de existirem; intransmissíveis; vitalícios, em regra, morrem juntamente com o indivíduo; impenhoráveis, em virtude de não poderem ser dados em

25 PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional**. São Paulo: Renovar, 2007. p. 155-156.

26 PEREIRA, Caio Mario; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Instituições de Direito Civil**. V. 1. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 179.

27 VENOSA, Sílvio de Salvo. **Parte Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.. p. 172.

garantia; imprescritíveis, pois o seu uso ou o decurso do tempo não o extinguem; e insuscetíveis de valoração econômica.

Uma vez que não podem sofrer valoração econômica, estes encontram-se no campo dos direitos extrapatrimoniais do indivíduo, estando assim acima de qualquer situação de ordem econômica, visto que não é possível a sua substituição ou reparação.

3.3 A pessoa jurídica e os direitos da personalidade

A pessoa jurídica é uma criação que decorre da lei, ou seja, dependente da vontade humana, sendo meramente fictícia, por onde os indivíduos comungam esforços e recursos com a finalidade de se alcançar um determinado objetivo comum entre eles.

A pessoa jurídica detém existência distinta dos indivíduos que a criaram, possuindo patrimônio próprio. A legislação civil ainda lhe conferiu personalidade e capacidade jurídica, permitindo a realização de negócios jurídicos em nome próprio, como também capacidade para figurar em polo passivo ou ativo de demandas judiciais.

Para Luiz Otávio de Oliveira Amaral: “Pessoa jurídica é a existência jurídica de uma sociedade, associação ou instituição, que aferiu o direito de ter vida própria e isolada das pessoas físicas que a constituíram.”²⁸

Existe atualmente uma divergência quanto a possibilidade de se estender as pessoas jurídicas os direitos da personalidade, que tem como seu fundamento o princípio da dignidade humana. Podemos dizer que existem duas correntes, uma que entende ser possível as pessoas jurídicas serem titulares de direitos de personalidade, e outra negativa quanto a essa possibilidade.

3.3.1 Compatibilidade dos direitos da personalidade com as pessoas jurídicas

Há uma corrente doutrinária majoritária favorável a possibilidade de aplicação dos direitos da personalidade serem extensíveis as pessoas jurídicas. Uma vez que os direitos da

28 AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Teoria Geral do Direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 280.

personalidade decorrem da própria personalidade, ou seja, é garantido ao indivíduo os direitos da personalidade pelo simples fato dele ser detentor de personalidade, nada impediria que a pessoa jurídica faça jus aos direitos da personalidade, posto que ela também é considerada pessoa pelo ordenamento, assim como a pessoa humana, assevera Bittar:

Por fim, são eles plenamente compatíveis com pessoas jurídicas, pois, como entes dotados de personalidade pelo ordenamento positivo (C. Civil, arts. 13, 18 e 20), fazem jus ao reconhecimento de atributos intrínsecos à sua essencialidade, como, por exemplo, os direitos ao nome, à marca, a símbolos e à honra. Nasce com o registro da pessoa jurídica, subsistem enquanto estiverem em atuação e terminam com a baixa do registro, respeitada a prevalência de certos efeitos posteriores, a exemplo do que ocorre com as pessoas físicas (como, por exemplo, como o direito moral sobre criações coletivas e o direito à honra).²⁹

Argumenta ainda que, o rol dos direitos da personalidade elencados nos arts. 11 a 21 do Código Civil são *numerus apertus*, ou seja, o rol é meramente exemplificativo, conforme entendimento dado pelo Enunciado número 274 da IV Jornada de Direito Civil³⁰, admitindo interpretação extensiva.

Ressalta ainda, que em virtude da lei não estabelecer nenhuma vedação à aplicação dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, ao contrário, pelo que depreende-se do artigo 52 do Código Civil de 2002 este institui um permissivo à aplicação de todas as proteções pertinentes à pessoa natural para a pessoa jurídica, no que for compatível, logo, poderia afirmar que as pessoas jurídicas podem ser titulares dos direitos da personalidade.

A doutrina favorável a extensão dos direitos da personalidade a pessoa jurídica, se consolidou com a edição da súmula de número 227 do Superior Tribunal de Justiça, praticamente pacificando o entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre o tema, prevendo a possibilidade de a pessoa jurídica de fato fazer jus aos direitos da personalidade, sendo possível a mesma sofrer dano moral, característica inerente a tais direitos.

29 BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p.20.

30 Enunciado número 274 da IV Jornada de Direito Civil: Art. 11. Os direitos da personalidade, regulados de maneira não-exaustiva pelo Código Civil, são expressões da cláusula geral de tutela da pessoa humana, contida no art. 1º, III, da Constituição (princípio da dignidade da pessoa humana). Em caso de colisão entre eles, como nenhum pode sobrelevar os demais, deve-se aplicar a técnica da ponderação.

Não só a doutrina como grande parte da jurisprudência compactua do mesmo entendimento como, por exemplo, podemos destacar o entendimento dado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na jurisprudência abaixo transcrita que afirma a possibilidade de aplicação dos direitos da personalidade à pessoa jurídica por meio da inteligência do artigo 52 do Código Civil.

APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. EXTRAVIO DE MERCADORIAS. NÃO DECLARAÇÃO DOS VALORES DESPACHADOS. INEXISTÊNCIA DE VULNERABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DIREITOS DA PERSONALIDADE. PESSOA JURÍDICA. CABIMENTO. ART. 52 DO CÓDIGO CIVIL. PARCIAL PROVIMENTO. 1 - Trata-se de apelação cível interposta contra sentença que negou provimento aos pedidos formulados em ação indenizatória por danos morais e materiais em função de extravio de bagagem. 2 - No caso em questão, a empresa autora narra ter efetuado venda a outra empresa situada em Curitiba, razão pela qual as mercadorias foram despachadas pelos correios, via SEDEX, não sendo entregues ao destinatário, que apenas recebeu um dos volumes totalmente violado. Após ter entrado em contato com a agência dos Correios e o fato ter sido administrativamente apurado pela própria ECT, concluiu-se pela extravio dos volumes, consequentemente efetuando-se o pagamento da indenização tarifada para sinistros ocorridos com mercadorias sem valor declarado. 3 -A análise da vulnerabilidade do consumidor pessoa jurídica, um dos conceitos basilares do estatuto consumerista, deve ser analisado caso a caso, sendo certo que, nessas hipóteses, presume-se que a sociedade empresária tem meios de se resguardar jurídica e economicamente, com vistas a obter informações para garantir a segurança de suas atividades. Dessa forma, não se pode ter a ECT falhado no seu dever de informar sobre a possibilidade de declarar os valores, considerando-se, assim, terem sido os danos materiais ressarcidos. 4 - Por outro lado, o inadimplemento do serviço contratado por meio do extravio e violação da correspondência remetida, torna certo o prejuízo moral da pessoa jurídica. Com efeito, o art. 52, do Código Civil prevê a aplicabilidade dos direitos da personalidade à pessoa jurídica no que couberem, restando indubitável o direito a proteção ao seu nome, imagem e honra objetiva. 5 - O dano indenizatório deve ser fixado de acordo com a extensão do dano, devendo o magistrado estar pautado pelos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, visando evitar o enriquecimento ilícito e, por outro lado, manter a eficiência do caráter pedagógico inerente à condenação, o qual visa impedir a reincidência das práticas ilícitas. Indenização fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). 6 - Apelação parcialmente provida.³¹

Para os defensores dessa corrente, além do que dispõe o artigo 52 do Código Civil, a pessoa jurídica guarda semelhança com as pessoas físicas, em virtude de possuírem nome, honra, reputação, devendo seus bens serem protegidos da mesma maneira como é garantida a proteção à pessoa física.

Sendo assim, a corrente positivista posiciona-se favorável à aplicação dos direitos fundamentais e personalíssimos às pessoas jurídicas, conforme ensina Alexandre de Moraes:

31 BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Apelação Cível n.: 200850010012704, 6ª Turma. Apelante: AL CELULAR LTDA ME, Apelado: ITAPARICA SERVICOS LTDA ME. Relator: Desembargadora Federal Carmen Silvia Lima de Arruda, Data de Julgamento: 18/07/2011, Data de Publicação: DJ 25/07/2011. Disponível em: <www.trf2.jus.br>. Acesso em: 05 mai. 2017.

(...) os direitos fundamentais enunciados e garantidos pela constituição aplicam-se aos brasileiros, incluindo pessoas físicas e jurídicas. A afirmação encontra justificativa no caput do artigo 5º da Constituição Federal que diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, é porque as pessoas jurídicas são beneficiárias dos direitos e garantias individuais uma vez que aquela previsão de nada adiantaria se fosse possível excluí-las de todos os seus demais direitos.³²

Ainda, corrobora Gilmar Mendes com este entendimento:

Os direitos fundamentais são suscetíveis, por sua natureza, de serem exercidos por pessoas jurídicas podem tê-las por titular. Assim, não haveria por que recusar às pessoas jurídicas as consequências do princípio da igualdade, nem do direito de resposta, direito de propriedade, de sigilo de correspondência, a inviolabilidade de domicílio, as garantias do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada. Os direitos fundamentais à honra e à imagem, ensejando pretensão de reparação pecuniária, também podem ser titularizados pela pessoa jurídica. O tema é objeto de súmula do STJ que assenta a inteligência de que também a pessoa jurídica pode ser vítima de ato hostil a sua honra objetiva.³³

E ainda, Josaphat Marinho citado por Vitor Pamplona Stolze:

Questão a considerar, também, é da extensibilidade dos direitos personalíssimos à pessoa jurídica. Não é dado no caso generalizar, para que tais direitos não se confundam com os de índole patrimonial. E por isso que Santoro Passarelli doutrina que a tutela dos direitos da personalidade se referem ‘não só às pessoas físicas, senão também às jurídicas, com as limitações derivadas da especial natureza destas últimas’.³⁴

Para essa corrente, com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e seu artigo 5º, inciso X se consolidou a possibilidade de a pessoa jurídica ter direitos de personalidade, sob o argumento de que o texto da Carta Magna não faz qualquer distinção entre pessoas físicas e pessoas jurídicas. Dessa maneira, entende Pablo Stolze:

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, ao preceituar, em seu art. 5º, X, que ‘são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação’, não fez qualquer acepção de pessoas, não podendo ser o dispositivo constitucional interpretado de forma restritiva, notadamente quando se trata de direitos e garantias fundamentais.³⁵

32 MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 33.

33 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 172.

34 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. v.3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 233.

35 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. v.3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 190

Nesse diapasão, assevera Alexandre de Moraes:

A proteção constitucional consagrada no inciso X do art. 5º refere-se tanto a pessoas físicas quanto à pessoas jurídicas, abrangendo, inclusive, à necessária proteção à própria imagem frente aos meios de comunicação em massa (televisão, rádio, jornais, revistas etc).³⁶

Como forma de esclarecimento ao raciocínio demonstrado por esses doutos doutrinadores, destacamos o artigo 5º, X da Carta Magna, que diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Em referência a honra objetiva da pessoa jurídica, vale demonstrar a ementa do julgamento de Embargos de Declaração recebido como Agravo Interno pela 2ª turma do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. TELEFONIA. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. SÚMULA 7/STJ.

1. Esta Corte possui entendimento pacífico quanto à possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral, nos termos da Súmula 227/STJ, desde que haja ofensa à sua honra objetiva. Ocorre que, para averiguar se houve ou não comprovação dos danos morais sofridos, necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ. 2. A quantia estipulada a título de danos morais, quando não exorbitante ou irrisória, não pode ser revista, em razão do óbice da Súmula n. 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.³⁷

Para esses autores, venceu a tese da possibilidade de aplicação dos direitos de personalidade às pessoas jurídicas, consagrado pela aplicação no novo Código Civil pelo texto de lei expresso nesse sentido. Com edição da súmula 227 do STJ, praticamente se pacificou o entendimento pela possibilidade dos direitos da personalidade serem atribuídos as pessoas jurídicas. No entanto, um corrente minoritária propõem uma outra forma de interpretar o tema, como será tratado a seguir.

³⁶ Ibid., p. 190.

³⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 2013/0409514-2, da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF. Agravante: TELEMAR NORTE LESTE S/A, Agravado: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS MÁXIMUS LTDA Relator Min. Mauro

Campbell Marques. 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

3.3.2 Incompatibilidade dos direitos da personalidade com as pessoas jurídicas

Contudo, existe uma corrente minoritária de doutrinadores que posicionam-se contrários à possibilidade da pessoa jurídica possuir direitos da personalidade, sustentando que há certos atributos da pessoa física que são incompatíveis com a natureza da pessoa jurídica, como sustenta Gustavo Tepedino, uma vez que o nosso ordenamento jurídico trata de forma diferenciada a pessoa jurídica da pessoa física³⁸, em consonância com o Enunciado número 286 da IV Jornada de Direito Civil: “Os direitos da personalidade são direitos inerentes e essenciais à pessoa humana, decorrentes de sua dignidade, não sendo as pessoas jurídicas titulares de tais direitos.”

Anderson Schreiber foi muito feliz em lecionar que “os direitos da personalidade gravitam em torno da condição humana e, por isso mesmo, não tem qualquer relação com a pessoa jurídica”.³⁹

Os direitos de personalidade são separados da seguinte forma, direitos de natureza física, psíquica ou moral. Os entes abstratos obviamente não são merecedores dos direitos de ordem física e psíquica.

Como bem menciona Rabindranath V. A. Capelo de Sousa:

[...]quaisquer direitos especiais de personalidade ou quaisquer bens integrantes do direito geral de personalidade, que sejam inseparáveis da personalidade humana, v. g., o direito à vida, o direito à integridade corporal, espiritual e anímica, o direito à liberdade de movimentos físicos, o direito à liberdade sexual, os direitos sobre o cadáver e sobre órgãos ou elementos dele destacáveis [...]⁴⁰

O Código Civil não dispõe, em momento algum, que os direitos da personalidade se aplicam à pessoa jurídica, apenas determina que a tutela dedicada aos direitos da personalidade também seja dedicada às pessoas jurídicas. Assim, o art. 52, do Código Civil ao

38 MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 54.

39 SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 21

40 SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de. O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Coimbra Editora, 1995, p. 595; ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 81.

prever a expressão “no que couber”, denota-se exceção. Mesmo quem defende a corrente positivista entende que é uma adaptação a uma construção totalmente atribuída a pessoa natural. Fica evidente que a interpretação literal do artigo não atribui as pessoas jurídicas personalidade, foi atribuído apenas a mesma proteção quando possível.

Em análise sobre o artigo 52 do Código Civil, Gustavo Tepedino aduz:

Andou bem o legislador, desta feita, em não conferir à pessoa jurídica direitos informados por valores inerentes à pessoa humana. Limitou-se, aqui o art. 52 a permitir a aplicação por empréstimo, da técnica da tutela da personalidade, apenas no que couber, à proteção da pessoa jurídica.⁴¹

Assim também leciona Nelson Rosenvald:

O Superior Tribunal de Justiça defende a extensão da indenização por danos morais à pessoa jurídica (súmula 227). Em princípio, soaria inusitada tal possibilidade, por não se cogitar sentimentos íntimos, como a dor e o sofrimento, estarem ao alcance de uma ficção, que é a pessoa jurídica. No entanto, se toda pessoa física possui uma honra subjetiva, que é a autoestima, passível de sofrer injúria reconhece-se ter a pessoa jurídica honra objetiva, lastreada em sua reputação e credibilidade social, expostas à difamação, mediante a prática de condutas capazes de atingir o bom nome da empresa, o que a doutrina costuma nomear como abalo de crédito. Outrossim, o princípio legislador constituinte ressaltou serem invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, sem operar qualquer distinção entre pessoas físicas e jurídicas (art. 5º, X, da CF). Aliás, o art. 52 DO Código Civil adverte que se aplica às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade. Parece-nos, contudo, que esta visão não merece prosperar. Sendo o dano moral uma lesão à dignidade, esta é atributo exclusivo do ser humano. Quando se cogita da ofensa ao nome da pessoa jurídica, é inaceitável haver qualquer referência a uma ofensa à sua “dignidade” em pretensa similitude ao que ocorre com a ofensa ao nome do ser humano. O nome de cada pessoa é qualificativo primeiro de sua personalidade, a sua identidade genérica e o modo de afirmação dos demais direitos da personalidade. Em contrapartida, o nome comercial é um atributo econômico, passível de cessão em negócio jurídico patrimonial. Não se pode confundir a personificação das pessoas jurídicas – pela concessão de capacidade de direitos patrimoniais – com a personalidade, que é um valor próprio do ser humano, que antecede mesmo ao direito. As lesões atinentes à reputação da pessoa jurídica, face à perda de sua credibilidade no mercado, repercutem em sua atividade econômica (quando não atingem os sócios). Poder-se-ia, mesmo, cogitar de um dano institucional contra a pessoa jurídica, mas não dano moral propriamente dito.⁴²

Nesse diapasão, Pietro Perlingieri, entende total absurdo a aplicação dos direitos da personalidade à pessoa jurídica. Se trata de alicerces protetivos de natureza integralmente distinta, os interesses da pessoa jurídica são tutelados com fundamentos diferentes dos interesses da pessoa humana. Ensina:

41 TEPEDINO, Gustavo. **A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro, em Temas de Direito Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 60

42 ROSENVALD, Nelson. **Direito das Obrigações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. p. 282

É possível remover o equívoco sobre a extensão dos direitos da pessoa humana às pessoas jurídicas. Se a tutela da pessoa humana afunda as suas raízes na cláusula geral presente no art. 2º Const. e qualquer aspecto ou interesse concernente à pessoa é tutelado na medida em que sejam essenciais ao seu pleno e livre desenvolvimento, é também verdade que qualquer interesse, referido às pessoas jurídicas, não somente assume significados diferentes, mas recebe também uma tutela que encontra um distinto fundamento. Para as pessoas jurídicas o recurso à cláusula geral de tutela dos “direitos invioláveis” do homem constituiria uma referência totalmente injustificada, expressão de uma mistificante interpretação extensiva fundada em silogismo: a pessoa física é sujeito que tem tutela; a pessoa jurídica é sujeito; ergo, a pessoa jurídica deve-se aplicar a mesma tutela. Daqui uma concepção dogmática e unitária da subjetividade como fato neutro. O valor do sujeito pessoa física é, todavia diverso, daquele do sujeito pessoa jurídica. É necessário adquirir consciência da identidade apenas aparente de problemáticas como, por exemplo, o segredo, a privacidade e a informação. Esses aspectos assumem valor existencial unicamente para pessoa humana; nas pessoas jurídicas, exprimem interesses diversos, o mais das vezes de natureza patrimonial. O sigilo industrial, o sigilo bancário, etc. podem também ser em parte garantidos pelo ordenamento, mas não com base na cláusula geral de tutela da pessoa humana. Deve ser recusada, por exemplo, a tentativa de justificar o sigilo bancário com a tutela da privacidade. Este Exprime um valor existencial (o respeito da intimidade da vida privada da pessoa física); aquele, um interesse patrimonial do banco e/ou do cliente.⁴³

Esse silogismo criticado pelo mestre Perlingieri, é exatamente o raciocínio utilizado pelo doutrinador Sérgio Cavalieri Filho para defender a corrente positivista. Aduz o referido autor que se o ordenamento jurídico concede existência jurídica e titularidade de direitos à pessoa jurídica, seria preciso reconhecer, mesmo despida de alguns direitos exclusivamente da personalidade humana – “tais como integridade física, psíquica e da saúde – é titular de alguns direitos especiais da personalidade, ajustáveis às suas características particulares”⁴⁴.

Atentando-se para a origem da proteção dos direitos da personalidade, produzida em torno da pessoa humana, Danilo Doneda comenta que aplicar às pessoas jurídicas direitos inerentes a pessoa natural, é uma adaptação impraticável, já que a tutela dos interesses da pessoa jurídica deve ter fundamento diferente. Os direitos da personalidade são exclusivos da pessoa humana:

Uma extensão apriorística dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, o que infelizmente pode ser o resultado do art. 52, passaria ao largo de qualquer consideração a este respeito, podendo comprometer a tábua axiológica constitucional. A proteção dos interesses das pessoas jurídicas através de direitos da personalidade, portanto, é algo que não se adapta à trajetória e à função dos direitos da personalidade no ordenamento jurídico [...]⁴⁵

43 PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional**. São Paulo: Renovar, 2007. p. 158.

44 CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 92

45 DONEDA, Danilo. **Os direitos da personalidade no novo código civil**. In: TEPEDINO, Gustavo (coord.). **A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p.92.

O tratamento dedicado por toda nossa legislação é flagrantemente diverso no tocante aos interesses patrimoniais e extrapatrimoniais, seguindo a direção dada pela Carta Magna. Por esse motivo, se mostra difícil estender, a mesma base protetiva dedicada especificamente a pessoa humana, à pessoa jurídica.

O instituto do dano moral explana perfeitamente essa dicotomia. O dano moral origina-se da lesão a um direito da personalidade, que originariamente equivale a uma característica essencialmente humana. Logicamente, se pode concluir que apenas as pessoas naturais poderiam sofrer dano moral. No entanto, de maneira diferente, concluiu o Código Civil em seu artigo 52.

Anderson Schreiber critica veementemente “o art. 52 incorre em equívoco evidente, ao atrair para o âmbito da pessoa jurídica um sistema de tutela concebido, inspirado e desenvolvido sempre com olhos voltados ao humano”⁴⁶. O autor cita como exemplo a regulação de aspectos da integridade física, que é inconciliável com a pessoa jurídica, demonstrando assim a inaplicabilidade de tal extensão.

Gustavo Tepedino chama a extensão à pessoa jurídica dos direitos da personalidade de conveniência de ordem prática:

A rigor, a lógica fundante dos direitos da personalidade é a tutela da dignidade da pessoa humana. Ainda assim, provavelmente por conveniência de ordem prática, o codificador pretendeu estendê-los às pessoas jurídicas, o que não poderá significar que a concepção dos direitos da personalidade seja uma categoria conceitual neutra, aplicável indistintamente a pessoas jurídicas e pessoas humanas.⁴⁷

A incompatibilidade é perceptível pelas características básicas que os direitos de personalidade possuem, tais direitos são inatos, intransmissíveis, imprescritíveis, impenhoráveis, absolutos e insuscetíveis de valoração econômica, o que denota seu caráter extrapatrimonial. Assim fica cristalino que essas características não se aplicam aos direitos da pessoa jurídicas.

A nossa Carta Magna tem como objetivo e fundamentação a dignidade da pessoa humana, sendo essa uma cláusula geral dos direitos de personalidade. A Constituição Federal foi exata afirmar que a dignidade pertence apenas a pessoa humana. Por esse motivo, quando

46 SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22

47 TEPEDINO, Gustavo. **A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro, em Temas de Direito Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 60.

se argumenta que o artigo 5º da Constituição Federal ao tutelar o direito fundamental da imagem, nome, dignidade, etc. não haveria a distinção entre pessoa jurídica e pessoa humana é errôneo, pois o norte do aplicador do direito é, e sempre será, a dignidade da pessoa humana.

Assim leciona, Gustavo Tepedino:

A Lei maior é clara ao distinguir em sua tábua axiológica, de um lado, a dignidade da pessoa humana, a isonomia substancial e a solidariedade social que norteiam as relações existenciais (CF, art. 1º, III e art. 3º, I e III); e, de outro, o valor social da livre iniciativa (CF, art. 1º IV), que fundamenta as relações jurídicas patrimoniais e os princípios gerais da atividade econômica (CF, art. 170). A preeminência dos valores existenciais, aos quais se subordina a atividade econômica privada, faz com que não se confundam a lógica da pessoa humana com a lógica da pessoa jurídica.⁴⁸

É preciso esclarecer, não se está afirmando que a pessoa jurídica não seria digna de direitos e muito menos que tais direitos não são dignos de tutela. Existem leis esparsas em nosso ordenamento que garantem proteção sem que seja preciso considerar os mesmo como direitos de personalidade.⁴⁹

Resumidamente, a pessoa humana é fundada pela dignidade da pessoa humana, enquanto as pessoas jurídicas são fundadas pelo crédito. São duas razões de existir diferentes, se provando impossível dar o mesmo tratamento a duas figuras tão distintas e com fundamentos antagônicos. O fato de tratar as duas figuras como “pessoas”, não autoriza dar o mesmo tratamento jurídico, não se pode desconsiderar a especificidade de cada um.

Desta forma, fica clara a impossibilidade de as pessoas jurídicas titularizarem direitos de personalidade pois são intrínsecos ao ser humano. No entendimento desses doutrinadores, o fato de o princípio da dignidade da pessoa humana fundamentar a proteção dos direitos de personalidade, é suficiente para entender pela incompatibilidade de extensão desses direitos a pessoa jurídica. E que todo e qualquer dano a entes abstratos caracterizaria um dano exclusivamente material, atingindo os lucros, não sendo possível sobre a moral. No que se refere as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, estaríamos diante de um dano institucional e não moral, conceitos que serão explicados no avançar do trabalho.

48 TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de; **Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 131.

49 Por exemplo, a Lei 8884/94, que disciplina as infrações econômica. A Lei 6404/76, Lei das Sociedade Anônimas, que em seu artigo 155 protege o segredo de justiça.

3.2.2.1 Direito ao nome

O artigo 5º, inciso XXIX da Constituição Federal tutela o direito ao nome da pessoa jurídica, no entanto, protege exclusivamente o uso do nome empresarial para quem registrar no órgão competente para tal fim. É a partir dele que se contrai as obrigações de uma pessoa jurídica, o que justifica tamanha importância.

O ordenamento jurídico ao garantir a empresa a tutela do nome por exclusividade, preserva-se dois valores básicos de uma empresa: seus clientes e seu crédito.⁵⁰ Fica evidente que o nome empresarial tem natureza patrimonial, não sendo ligado exclusivamente à personalidade do empresário e não goza de exclusividade.

A corrente majoritária que entende ser possível atribuir à pessoa jurídica direitos de personalidade, coloca o direito ao nome como um desses direitos, já que o ente coletivo seria detentor de personalidade, logo faria jus o reconhecimento de atributos intrínsecos à sua essencialidade.⁵¹

No entanto, falta ao direito ao nome empresarial um dos aspectos primordiais dos direitos de personalidade: a indisponibilidade. Apesar do Código Civil em seu art. 1164 determinar a inalienabilidade do nome empresarial, o próprio parágrafo único permite que ao comprador o uso do nome do alienante como sucessor, permitindo a negociação do nome empresarial.

Percebe-se que quando ordenamento jurídico pátrio protege o nome empresarial, é com a finalidade de proteger a clientela e o seu crédito. Logo, não existe qualquer valor existencial nessa tutela, não sendo preciso elevar ao nome empresarial a categoria de direito personalidade para que possa ser tutelado.

Portanto, há uma diferença básica em violar o nome empresarial, que geraria somente efeitos patrimoniais, e violar o nome da pessoa humana que atingiria sua imagem, identidade e seu íntimo, características que a dignidade da pessoa humana comporta.

50 ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. p. 86.

51 CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti; TALAVERA, Glauber Moreno; FUJITA, Glauber Moreno; SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio (Coord.) **Comentários ao Código Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 138.

3.2.2.2 Direito à privacidade

A Carta Magna em seu artigo 5º, X, determinou a proteção da intimidade e da vida das pessoas, pois “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”

A privacidade engloba a história e o interior da vida de cada pessoa, o que torna cada um único, e que precisa ser mantido em sigilo, por esse motivo o direito à privacidade engloba muito elementos da pessoa humana que devem ser mantidos sob reserva sem que ocorra qualquer interferência de terceiros. Esse direito de personalidade contribui para o sentido existencial do ser humano.

Do direito à privacidade provem o direito ao segredo. Para Alexandre Ferreira de Assumpção Alves⁵² o direito ao segredo reúne o íntimo de cada pessoa assim como também os seus interesses documentais, profissionais e comerciais. O sigilo dos livros comerciais, previsto no artigo 17 do Código Civil, o sigilo bancário, industrial e o *Know How*, são oriundos do direito à privacidade.

Para doutrina majoritária, o direito à privacidade do ente coletivo é digno de proteção como se direito de personalidade fosse, pelo argumento de que tais entes possuiriam também uma dignidade a ser preservada. Esse entendimento de que esses entes são merecedores da tutela de seu direito à privacidade da mesma forma que o direito à privacidade da pessoa humana, não deve prosperar. Nesse sentido, desaprova Pietro Perlingieri:

Aqui, é necessário adquirir consciência da identidade apenas aparente de problemáticas como, por exemplo, o segredo, a privacidade e a informação. Estes aspectos assumem valor existencial unicamente para a pessoa humana; nas pessoas jurídicas, exprimem interesses diversos, o mais das vezes da natureza patrimonial.⁵³

Deve-se tomar muito cuidado com tipo de interpretação análoga, a proteção a intimidade e privacidade da pessoa humana não pode ser considerada da mesma medida e nos mesmos fundamentos da pessoa jurídica. Pois a primeira manifesta um valor eminentemente existencial, ao passo que, a segunda expõe um interesse simplesmente material (patrimonial).

52 ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **A pessoa jurídica e os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. p. 104.

53 PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Renovar, 2007. p. 155.

Desta forma, há uma grande confusão quanto a proteção ao direito à privacidade, esclarece Gustavo Tepedino:

(..) a divulgação não-autorizada pela imprensa da conversa entre dois diretores de uma pessoa jurídica qualquer gerará não apenas a obrigação de indenizar os prejuízos de ordem patrimonial causados, mas também a lesão à privacidade das pessoas naturais envolvidas.⁵⁴

Fica fácil perceber que o direito de personalidade atingido, nesse caso em comento, é apenas o dos diretores da pessoa jurídica e não dela propriamente dito. O direito à privacidade da pessoa jurídica é tutelado por lei específica⁵⁵, não havendo qualquer necessidade de estender os direitos de personalidade, intrínsecos da pessoa humana, a esses entes.

A tentativa de encontrar uma lógica comum, um nexos, entre a pessoa humana e pessoa jurídica, com finalidade de utilização no caso de reparações por danos morais precisa ser reavaliada, uma vez que, as pretensões indenizatórias das pessoas jurídicas sempre terão um cunho exclusivamente patrimonial.

3.2.2.3 Direito de Imagem

O direito à imagem está previsto nos incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal e no artigo 20 do Código Civil e deve ser compreendido pela proteção à imagem-retrato e proteção à imagem-atributo.

A imagem-retrato está vinculada aos aspectos físicos da pessoa humana, como previsto no referido inciso X. A imagem-retrato pode ser qualquer parte do corpo que tem o condão de identificar uma pessoa natural.

A imagem-atributo, exprime uma ideia de reputação, à moral e à respeitabilidade profissional, por decorrência da vida em sociedade, a maneira como uma pessoa é enxergada em um meio social. No caso da pessoa jurídica essa é a imagem que deve ser objeto de tutela pelo ordenamento jurídico.

54 TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de; **Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 134.

55 O segredo de empresa é protegido pela Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 155.

De acordo com Jean Soldi Esteves⁵⁶, a imagem-atributo da pessoa jurídica deve ser objeto de proteção, em decorrência de uma imagem construída durante anos perante a sociedade. No entanto, deve-se tomar cuidado por entender que essa imagem não pode ser tratada como honra ou moral objetiva, conceito aplicável a pessoa natural, pois ambos detêm conteúdos axiológicos historicamente distintos.

Até mesmo pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem ser detentoras de uma imagem, uma credibilidade perante a sociedade merecedora de tutela da mesma foram, pois são características que mantidas, tornarão capazes de continuarem atingindo seus objetivos não-econômicos.

Para a corrente majoritária, o simples fato de pessoa jurídica ter direito à imagem, que vem a ser tutelado pela Constituição da República, é um indicador suficiente para consagrar esse direito como um direito de personalidade. Diferentemente do direito à imagem da pessoa humana, que é absoluto, inato a natureza humana, o direito à imagem da pessoa jurídica não possui tais características.

Assim diferencia brilhantemente Gustavo Tepedino⁵⁷, o direito à imagem da pessoa humana existe para promover a dignidade, a sua auto-realização. O direito à imagem da pessoa jurídica tem outros fins, busca-se promover a própria empresa, na aferição de lucros. A preocupação das pessoas jurídicas, encontra morada nos seus aspectos pecuniários em decorrência de um eventual ataque à sua atuação no mercado, para a pessoa humana a preocupação é com a sua integridade psicofísica.

Jean Soldi Esteves critica fortemente a possibilidade de se consagrar as pessoas jurídicas os direitos de personalidade, *in verbis*:

O que ficou evidenciado é que, embora haja uma transposição extensiva dos direitos da personalidade, em especial do direito à imagem da pessoa natural para a pessoa jurídica, o conteúdo ontológico dessa transposição não é o mesmo em uma e outra hipótese, ou seja, não se tutela a imagem de uma pessoa jurídica para proteger a dignidade da pessoa humana, na medida em que esta é e sempre será restrita às pessoas naturais. Tutela-se a imagem da pessoa jurídica por ser um atributo

56 ESTEVES, Jean Soldi. Uma perspectiva Civil Constitucional da imagem da pessoa jurídica, In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Coord.). **Questões controvertidas: Parte Geral do Código Civil**. vol. 6. São Paulo: Editora Método, 2007, p. 203

57 TEPEDINO, Gustavo. Crise de fontes normativas e técnica legislativa na parte geral do Código Civil de 2002. In: _____ (coord.). **A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil, constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. XXIV

conquistado por ela, que tem inclusive reflexo econômico e patrimonial nas relações negociais realizada pela empresa.⁵⁸

A extensão dos direitos de personalidade a pessoa jurídica, para a maioria dos juristas, tem como justificativa o simples fato de a mesma ser dotada de personalidade. É extremamente equivocado esse tipo de raciocínio por tudo que já se foi explanado até agora no presente trabalho. Existem leis específicas em nosso ordenamento jurídico que tutelam o direito à imagem da pessoa jurídica sem necessidade desse tipo de analogia acrítica, como justificativa para extensão as pessoas jurídicas de direitos inerentes à pessoa humana. A título de exemplo, cito a lei 8884/94, lei que disciplina as infrações econômicas.

Nesse mesmo sentido, Marçal Justen Filho considera arbitrário essa analogia:

Portanto, afirmar que a pessoa jurídica é pessoa por sua analogia com o ser humano não resolve nem soluciona a questão. (...) Afirmar a personalidade da pessoa jurídica sob o fundamento da sua “proximidade”, “semelhança” ou “analogia” com o ser humano não é solução. Muito pelo contrário, importa uma arbitrariedade do observador, que se reserva, assim, a tarefa de localizar as “analogias” e escolher quais delas serão relevantes suficientemente para estender a outros elementos, ou “entes” os atributos reconhecidos como inseparáveis da humanidade.⁵⁹

Assim, a pessoa jurídica é detentora de uma imagem que deve ser tutelada pelo ordenamento pátrio, por meio do direito de resposta e tutelas inibitórias, direitos esses consagrados na Carta Magna. No entanto, isso não justifica considerar tal imagem como direito de personalidade, nos termos do Código Civil e da Constituição Federal.

3.2.2.4 Direito à honra objetiva

Por último e não menos importante, pelo contrário, o direito à honra objetiva é o mais defendido pelos adeptos da corrente majoritária que estendem às pessoas jurídicas os direitos de personalidade. Esse direito pode ser entendido como a forma que cada indivíduo imagina e deseja ser bem visto pela sociedade. Aqui caberia o direito à imagem-atributo, conceito delineado no tópico supra.

58 ESTEVES, Jean Soldi. Uma perspectiva Civil Constitucional da imagem da pessoa jurídica, In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Coord.). **Questões controvertidas: Parte Geral do Código Civil**. vol. 6. São Paulo: Editora Método, 2007. p. 206.

59 JUSTEN FILHO, Marçal. **Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro**.

São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987, p. 33.

A doutrina penal foi responsável por desenvolver esse conceito, sendo o braço do direito que mais penetrou para entender tal instituto. Com o objetivo de diferenciar a difamação, calúnia e injúria, concluiu que a honra teria dois aspectos, um interno, chamado de honra subjetiva, e outro externo, chamado de honra objetiva.

Com base nessa ideia, foi admitida a pessoa jurídica apenas honra objetiva, visto que a honra subjetiva não poderia ser ligada esses entes abstratos, não havendo possibilidade dos mesmos sofrerem em seu íntimo violação à honra. Com fundamento nesse raciocínio foi editada a súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça, que diz: “a pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

Márcia Carla Pereira Ribeiro e Eduardo Bastos de Barros⁶⁰, delineiam o conceito de honra em sua obra. Para esses doutrinadores, a honra está estritamente ligada a pessoa humana, como auto-estima e respeito. Por exemplo, a veiculação de notícias inverídicas sobre a conduta de um indivíduo, pode abalar sua honra. Em virtude dessas características os referidos doutrinadores entendem não serem as pessoas jurídicas detentoras de honra, pois são desprovidas de sentimentos.

Como demonstrado em tópico supra, a doutrina majoritária admite que as pessoas jurídicas são detentoras de honra objetiva. Essa admissão foi uma medida pró-patrimonialista na tentativa de assegurar o ressarcimento de danos materiais de difícil liquidação.

É necessário esclarecer que as lesões as pessoas jurídicas podem atingir os sócios (pessoas naturais) ou apenas as pessoas jurídicas. Quando se atinge apenas os entes abstratos, tais lesões repercutem apenas em seu aspecto material, atingindo seus objetivos e desenvolvimento econômico.

Quando se atinge à honra da pessoa humana, alcança-se a sua dignidade, lesionando-a em seu aspecto psicofísico, moralmente. No entanto, quando se trata de pessoa jurídica, é atingido sua capacidade de auferir lucros, de agregar clientes, em sua esfera patrimonial.

60 RIBEIRO, Márcia Carla Pereira; BARROS, Eduardo Bastos. **Anotações sobre a pessoa jurídica e dano moral sob uma perspectiva econômica.** In: Revista de Direito Público da Economia – RDPE: Belo Horizonte, ano 6, n. 21, p. 159-184, jan./mar. 2008. p. 171.

Assim, de forma distorcida a chamada honra objetiva desenvolvida pelo direito penal foi adaptada no direito civil no que se refere às pessoas jurídicas. A pessoa jurídica não possui honra, pois não possui direito de personalidade para proteção de sua honra objetiva, mas sim um direito à imagem que é protegido, sem precisar que este seja caracterizado como direito de personalidade.

3.4 Inaplicabilidade dos direitos de personalidade à pessoa jurídica

Diante do exposto até aqui, fica evidente a importância dos direitos de personalidade atribuídos à pessoa humana, denotando uma evolução no pensamento jurídico. Os direitos de personalidade detêm como alicerce o princípio da dignidade da pessoa humana, valor esse orientador de todo o ordenamento jurídico pátrio e da maioria dos países do mundo. Esse princípio é fundamental para o desenvolvimento psicofísico do ser humano e deve ser garantido em face de qualquer forma de afronta.

A pessoa jurídica possibilitou as pessoas humanas atingirem objetivos em comum, que não seriam possíveis individualmente, desenvolveu e transformou nossa sociedade. É parte importante da história da humanidade, tendo papel relevante. Por esse motivo, o ordenamento jurídico assegura a tutela dos seus direitos, tanto material quanto processual, como por exemplo, a tutela inibitória e a tutela reparatória. Entre os direitos garantidos às pessoas jurídicas, estão o direito à denominação ou firma, à imagem, à privacidade etc, importantes para que consiga atingir as finalidades a que se propõem, principalmente a aferição de lucros, conquista de clientela e obtenção de crédito, prosperando assim sua atividade econômica.

No entanto, tais direitos não são considerados de personalidade quanto se trata desses entes abstratos, e nem há necessidade de que assim seja, uma vez que, existem leis infraconstitucionais que protegem seus direitos, evitando que se confunda com a tutela existencial dos direitos de personalidade inerentes à pessoa humana. Não se pode de maneira acrítica, sem analisar todo substrato jurídico conferido a esses institutos tratados, concluir que se a pessoa humana possui direitos de personalidade a pessoa jurídica também deve possuir, apenas por ser considerada pelo ordenamento jurídico como pessoa.

É necessário corrigir o ponto de vista adotado pela doutrina majoritária. Os direitos de personalidade foram concebidos com enfoque no desenvolvimento da pessoa humana com

base na sua dignidade. Ao ferir qualquer aspecto da pessoa humana, atinge-se a esfera extrapatrimonial. Já os hipotéticos direitos de personalidade da pessoa jurídica, quando atingidos, repercutirão exclusivamente em sua esfera patrimonial.

Ficou evidente, pelos argumentos demonstrados até então, que os aspectos trabalhados sobre os direitos de personalidade da pessoa humana não podem ser estendidos aos supostos direitos de personalidade da pessoa jurídica. Não podendo de maneira acrítica, por analogia, atribuir os direitos inerentes à pessoa humana às pessoas jurídicas.

5 DANOS MORAIS

5.1 Evolução histórica

O Código de Humarabi, datado por volta de 2000 a.C., é a mais importante codificação de leis da civilização antiga que se tem notícia. Foi criado e promulgado pelo rei Kamo-Rábi, rei da Babilônia, nele estão presentes inúmeras leis que influenciam, até hoje, as codificações modernas.

O axioma “olho por olho, dente por dente” era simplesmente uma forma de reparação do dano causado. A pena de Talião era aplicada quando o agressor e a vítima pertenciam ao mesmo nível social. Tais ofensas pessoais eram reparadas na mesma moeda, através de ofensas idênticas. Esse código, muito afrente do seu tempo, já delimitava direitos de família, assim como matéria penal, e direito privado. Sendo de grande importância seu legado histórico para civilização moderna, demonstrando a preocupação das civilizações em se organizar e seguir regras previamente determinadas, facilitando o convívio em sociedade.

Havia presente, no Código de Humarabi, a teoria de reparação à custa de pagamento em moedas de prata, ou seja, em valor pecuniário, o que acarretou mais tarde na chamada teoria da compensação econômica. No entanto, só veio a se consolidar com o Código de Manu.

Em alguns artigos, como por exemplo, no art. 127, o Código de Humarabi fazem menção à injúria e difamação da família, mostrando características de dano moral: “Art. 127 – Se um homem livre estendeu o dedo contra uma sacerdotisa, ou contra a esposa de um outro e não comprovou, arrastarão ele diante do juiz e raspar-lhe-ão a metade do seu cabelo”.⁶¹

Diante do artigo, conclui-se que já se reconhecia, naquela época, uma pena de dano moral, porém sua reparação não era ainda em forma pecuniária ou econômica de qualquer natureza. O Código de Manu (nome que se refere ao homem que consolidou as leis do Hinduísmo), mais tarde, se preocuparia a adicionar um valor pecuniário com a intensão de reparação.⁶²

Analisando o Código de Hamurabi e o Código de Manu (este dita, até os dias atuais, a vida social e religiosa da Índia, onde o Hinduísmo é a principal religião), naquele a vítima tinha sua lesão ressarcida na medida que provocava igual lesão no agressor, enquanto que, neste o ressarcimento se dava em valor pecuniário. Evidenciando-se a evolução para o ressarcimento pecuniário e não mais físico.

A partir dessa nova ideia de indenização pecuniária, sua evolução se deu progressivamente para países como a China, Egito, Grécia, Roma, Alemanha, Itália e França. Na Grécia, com a chegada da democracia, a indenização do dano era sempre primando o aspecto pecuniário, a fim de evitar a vingança como forma de satisfação pessoal do lesado. Na Roma antiga, com o advento da Lei das XII Tábuas, possibilitando com esse código o acesso e compreensão dos plebeus as leis romanas. Esse código atuava predominantemente no campo de direito privado.

Hoje a Itália, assentou a reparação do dano moral baseada no Direito Romano, e seu aspecto pecuniário como solução dos males sofridos.

Na Alemanha, pós unificação de 1815, através do Código Civil Alemão, passou a prever a reparação de forma unificada, principalmente dos danos morais. Dizia-se que no caso de violação ao corpo ou a saúde, também na hipótese de privação de liberdade, poderia a vítima,

61 ZENUN, Augusto. **Dano moral e sua reparação**. Vol. 1. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1998. p. 5

62 REIS, Clayton . **Dano Moral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 4.

sofrendo dano extramatrimonial, exigir valor pecuniário como forma de satisfação do bem violado.

Segundo Clayton Reis:

A evolução da reparação do dano decorrente de fatores extrapatrimoniais é nítida, advinda do Código de Hamurabi, sistematizada no Código de Manu, incorporada pela Lei das XII Tábuas, em Roma, e passando primeiramente pelas civilizações chinesa, egípcia e grega, onde a noção de reparação de dano foi aprimorando-se até chegar ao Direito Moderno.⁶³

Esse sistema romano-germânico foi acolhido pelo Brasil, apesar de atualmente se perceber mais a aproximação do ordenamento jurídico pátrio com o sistema jurídico americano e inglês e eu caráter punitivo aos danos morais. Esse sistema vem sendo aplicado pelos operadores do direito, ao se analisar a jurisprudência brasileira.

No Código Civil de 1916 de Clovis Beviláqua, estava previsto, de forma implícita, o dano moral. No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ampla reparabilidade dos danos extrapatrimoniais foi assegurada, elevando ao patamar de direito e garantia fundamental, pois tais lesões ferem a dignidade da pessoa humana.

Vale lembrar que diversas legislações esparsas no tempo e em nosso ordenamento fazem a mesma previsão, como exemplo: Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), o Código Eleitoral(Lei nº 4.737/1965), o Estatuto da Criança e do Adolescente(Lei nº 8.069/1990), a lei de Imprensa(Lei nº 5.250/ 1967), dentre outros.

Por fim, atualmente, o Código Civil de 2002, reconhece expressamente a reparabilidade do dano moral, em seus artigos 186 e 927, em consonância com nossa Carta Magna.

No tocante a jurisprudência, é pacífico a compreensão da possibilidade de se cumular o dano material com o dano de natureza extrapatrimonial, conforme o enunciado nº 37 do Superior Tribunal de Justiça.

5.2 Conceito

⁶³ Ibid., p. 7.

O dano moral é todo dano em que não é passível de valoração econômica, caracterizando o dano à um direito da personalidade, estando, no campo dos direitos extrapatrimoniais.

O tema apresenta controvérsias a respeito de sua conceituação, pois temos dois tipos de conceito adotados pelos doutrinadores: o conceito negativo e o conceito positivo.

Para os seguidores do conceito negativo, como Maria Helena Diniz, Wilson de Melo e Silva, entre outros, estes estabelecem que os danos morais seriam todos os danos insuscetíveis de valoração econômica, portanto, seriam todos os danos que não fossem patrimoniais. Para os que adotam o conceito positivo, como Plácido e Silva, sustentam que o dano moral está ligado ao sentimento de dor, humilhação, sofrimento e etc.⁶⁴

Conforme já foi exposto, a nossa Constituição estabelece os direitos da personalidade, apresentando um rol meramente exemplificativo, por todo o seu texto, mais especificamente em seu artigo 5º, onde por meio dos direitos da personalidade garante-se o princípio da dignidade da pessoa humana, que por sua vez guardam relação com os danos morais, pois eles traduzem-se os valores morais da sociedade.

Para Cavallieri, o dano moral não está ligado à uma reação psíquica da vítima, pois poderá haver desrespeito à dignidade da pessoa humana, sem que a vítima apresente em seu interior dor, sofrimento, vexame, ao passo que poderá haver tais sentimentos sem que efetivamente tenha havido violação à dignidade da pessoa humana.⁶⁵

Portanto, o sentimento caracteriza mera consequência, e não fato determinante para o dano moral, logo, somente poderá haver dano moral quando estivermos diante de agressão ao direito da dignidade humana, ainda que haja sentimento de dor, humilhação, vexame e sofrimento.⁶⁶

64 SILVA, De Palácio e. **Vocabulário Jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014. p. 241.

65 CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 89.

66 Ibid., p. 93.

Contudo, os danos à dignidade da pessoa humana por si só não são suficientes para caracterizar todo o dano moral, pois o dano moral engloba também, a violação dos direitos da personalidade, e nem todos os direitos da personalidade são direitos da dignidade da pessoa humana.

O Código Civil de 2002, passou a prever expressamente em seu artigo 186 e 187 o dano moral.

Os danos morais podem, ainda, serem puros ou impuros. Os danos morais puros verificam-se quando os danos causados são unicamente extrapatrimoniais, sem qualquer prejuízo pecuniário para a vítima, ao passo que os danos morais impuros, sendo aquele dano que atinge bens extrapatrimoniais, como os direitos da personalidade, porém atingem também a esfera patrimonial do indivíduo.

Para Bittar: “os danos morais podem ser puros ou reflexos, ou seja, oriundos de atentados a elementos patrimoniais, como ocorre na perda de objeto de estimação em decorrência de furto ou roubo.”⁶⁷

Atualmente, o direito de reparação pelos danos morais sofridos encontra-se previstos em nosso ordenamento, na nossa Lei Maior em seu artigo 5º, incisos V e X, bem como no Código de Defesa do Consumidor.

De acordo com o exposto, não resta dúvida quanto ao caráter extrapatrimonial do dano moral, uma vez que os direitos da personalidade são insuscetíveis de valoração econômica, tornando-se impossível a valoração do prejuízo causado, tão logo que estes bens não integram o patrimônio econômico do indivíduo.

A indenização pelo dano moral terá o objetivo de compensar o dano causado, em uma tentativa de amenizar o sofrimento ocasionado à vítima, uma vez que não será possível o restabelecimento da situação pretérita.

67 BITTAR, Carlos Alberto. **Responsabilidade Civil: Teoria e Prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 280.

Segundo Pablo Malheiros da Cunha Frota, ainda há uma discussão presente quanto a natureza jurídica da reparação por dano moral, havendo assim, três correntes: a que assegura ser de natureza compensatória; a que defende como desestímulo ou punição do agressor, muito aplicada nos EUA; e a que entende ser de natureza reparatória junto com seu aspecto acessório de punição, sendo essa última majoritária.⁶⁸

Prevalece o entendimento, que além do seu caráter compensatório, percebe-se também o caráter punitivo e pedagógico do agente causador do dano, tendo como finalidade evitar que o agente adote novamente a postura que ensejou o dano, desestimulando-o à prática reiterada do ato.⁶⁹

Maria Celina Bodin de Moraes, entende que o dano moral ocorre quando se viola injustamente a situação jurídica subjetiva extrapatrimonial, resguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, por via da cláusula geral de tutela da personalidade que foi abarcada pela nossa Constituição Federal, diretamente decorrente do princípio maior da dignidade da pessoa humana ou de acordo com alguns doutrinadores, princípio geral de respeito à dignidade humana.⁷⁰

A autora continua, sustentando que na atualidade o dano moral seria aquele que independentemente do prejuízo material, fere direito de personalidade, estes sendo atributos que identificam individualmente cada ser humano, como por exemplo, a liberdade, a honra, reputação, intimidade, privacidade, etc. Assim sendo, até mesmo situações que não repercutam em prejuízo material, tão somente originando dor, vexame ou humilhação, podem ser objeto de compensação por danos morais, devendo ser distintas dos meros aborrecimentos e dissabores do dia a dia, em seu aspecto cotidiano.⁷¹

Embora a Constituição da República de 1988, passasse a prever o dano moral e a sua possibilidade de compensação, ela, contudo, deixou de prever os limites para a sua aplicação.

68 FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. **Danos Morais e a Pessoa Jurídica**. São Paulo: Método, 2008.p.206.

69 CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 106

70 MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civil constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 131-132.

71 Ibid., p. 157-158.

Percebemos, então, a grande dificuldade da doutrina e da jurisprudência para tentar definir o que será dano moral e o que não será.

Apesar da regra geral contida no artigo 373 do Código de Processo Civil, que consiste que o autor da demanda judicial deve provar o dano, em virtude da grande dificuldade para a prova do dano moral, tendo em vista que o dano causado não é palpável, é algo imaterial e interno ao indivíduo, o Superior Tribunal de Justiça vêm entendendo que o dano moral está implícito na própria violação do bem jurídico tutelado.

Portanto, a prova do dano mora consiste em *in re ipsa*, ou seja, para a comprovação do dano moral sofrido bastará apenas a prova da violação ao dever jurídico imposto, que no caso, trata-se de violação aos direitos da personalidade. Logo, o dano moral é verificado por meio de uma presunção natural.⁷²

5.2 Considerações acerca da possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais

No sistema jurídico brasileiro, a questão apesar de praticamente pacificada na jurisprudência e doutrina, ainda apresenta divergências, pois em virtude do dano moral tratar-se de uma violação aos direitos da personalidade, há quem entenda que eles somente podem ser aplicados às pessoas físicas, não podendo ser estendidos às pessoas jurídicas.

5.2.1 Correntes que afirmam a possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais

Esse posicionamento admite a aplicação do artigo 52 do Código Civil de forma mais abrangente, pelo fato de possuírem personalidade e capacidade jurídica. Além do artigo 52, a legislação infraconstitucional nos artigos 186 e 927 do Código Civil, como também nos artigos 2º e 6º do Código de Defesa do Consumidor e artigos 2º e 16 da lei de Imprensa preveem a aplicabilidade de direitos da personalidade às pessoas jurídicas, portanto, nada impediria a configuração do dano moral face à ela.⁷³

72 CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 97.

73 Ibid., p. 109.

Assim, a pessoa jurídica cumula em seu patrimônio os bens materiais e os bens imateriais, os quais comportam a sua honra objetiva, como reputação, confiança do consumidor, fama, bom nome, sua imagem social.

Conforme já demonstrado, a Constituição Federal de 1988 passou a prever a reparação civil pelo dano à honra objetiva, prevendo o dano moral em sentido amplo, não mais prevendo somente o dano moral em seu sentido estrito, ou seja, o dano à honra subjetiva, portanto, é possível a responsabilização daquele que violar a honra objetiva da pessoa jurídica.⁷⁴

Essa corrente entende que é possível a pessoa jurídica sofrer danos morais em virtude da violação dos direitos da personalidade, pois ela os detém em seu patrimônio, contribui para este entendimento o Enunciado número 189 do CJF, que prevê “na responsabilidade civil por dano moral causado à pessoa jurídica, o fato lesivo, como dano eventual, deve ser devidamente demonstrado”.

Segue esse entendimento, Sérgio Cavallieri Filho ao estabelecer que é possível a responsabilização pelos danos causados à imagem, boa fama, credibilidade, caracterizando o dano moral em relação à pessoa jurídica.⁷⁵

Nesse diapasão, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho lecionam: “Se é certo que uma pessoa jurídica jamais terá uma vida privada, mais evidente ainda é que ela pode e deve zelar pelo seu nome e imagem perante o público-alvo, sob pena de perder largos espaços na acirrada concorrência de mercado.”⁷⁶

Sendo assim, conclui-se que a pessoa jurídica, com tantos deveres perante a sociedade civil, detentora de bens extrapatrimoniais, como por exemplo, a honra objetiva e o nome, merecem proteção pelo ordenamento jurídico, sob pena de que caso o agente causador do dano não seja punido, não se alcance uma das funções da reparação civil, que consiste em seu

74 Ibid., p. 110.

75 Ibid., p. 94.

76 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. v.3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 233.

caráter pedagógico punitivo, ao passo que este não será punido pelo dano causado, estimulando a prática do ato ilícito.⁷⁷

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho defensores da possibilidade da pessoa jurídica ser sujeito passivo de danos morais, exemplificam situações em que configurar-se-ia o dano moral:

Uma propaganda negativa de um determinado produto, por exemplo, pode destruir toda a reputação de uma empresa, da mesma forma que informações falsas sobre uma eventual instabilidade financeira da pessoa jurídica podem acabar levando-a a uma indesejável perda de credibilidade, com fortes abalos patrimoniais.⁷⁸

Ressalta-se a incongruência da jurisprudência que, de um lado, adota majoritariamente a corrente subjetiva do dano moral e, de outro, admite a compensação por danos morais às pessoas jurídicas. No entanto, consolidou-se na jurisprudência, o entendimento favorável quanto à possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais com a edição da Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça, que assegura a proteção aos seus direitos da personalidade compatíveis com a sua natureza.

Demonstra-se esse entendimento pela ementa do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. TELEFONIA. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. SÚMULA 7/STJ. 1. Esta Corte possui entendimento pacífico quanto à possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral, nos termos da Súmula 227/STJ, desde que haja ofensa à sua honra objetiva. Ocorre que, para averiguar se houve ou não comprovação dos danos morais sofridos, necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ. 2. A quantia estipulada a título de danos morais, quando não exorbitante ou irrisória, não pode ser revista, em razão do óbice da Súmula n. 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido.⁷⁹

Da mesma forma entende o Tribunal Regional Federal do Acre:

APELAÇÃO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. CHEQUES FURTADOS DEVOLVIDOS.

⁷⁷ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 110.

⁷⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo., op. cit., p. 233.

⁷⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial n.: 450475 MA 2013/0409514-2, 2ª Turma. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 23/03/2014, Data de Publicação: DJ31/03/2014. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 21 mai. 2017

RESPONSABILIDADE DA CEF. IMPROVIMENTO. 1. O cerne da controvérsia cinge-se à possibilidade de pessoa jurídica sofrer dano moral em decorrência de lesão à sua honra objetiva pela devolução indevida de cheques emitidos. 2. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral, a teor da Súmula nº 227 daquele Sodalício. 3. Presentes os requisitos para a existência da responsabilidade civil, quais sejam, a existência de uma ação ou omissão por parte do agente; a ocorrência de um dano seja ele qual for (material ou moral), causado pela ação de um agente ou terceiro por quem o imputado responde; e por último o nexo de causalidade, que é o vínculo existente entre a ação e o dano causado, deve haver reparação do dano. 4. A reparação civil do dano moral, diversamente do que se verifica em relação ao dano patrimonial, não visa a recompor a situação jurídico-patrimonial do lesado, mas sim à definição de valor adequado, em razão de alguma das violações às dimensões da dignidade da pessoa humana, no caso, da pessoa jurídica, como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a solidariedade, a isonomia e o crédito, pois o fim da teoria em análise não é apagar os efeitos da lesão, mas reparar os danos. 5. A configuração do dano moral, em várias situações, decorre apenas da prática do ato com repercussão na vítima, tratando-se de hipótese que independe de comprovação de abalo a bem jurídico extrapatrimonial. 6. O dano moral, restou evidenciado pela devolução dos cheques por insuficiência de fundos quando, na verdade, deveriam ter sido devolvidos por furto e em razão da não conferência das assinaturas exigidas - a da Presidente e da Tesoureira da Associação autora-, além de ter seu nome lançado em cadastro de emitente de cheque sem fundos do Banco Central do Brasil, o que, sabidamente, restringe todas as operações creditícias que porventura necessite fazer. 7. Apelo improvido. Sentença confirmada.⁸⁰

De acordo com essa corrente, é possível assegurar que a partir da edição da súmula 227 do STJ, que a pessoa jurídica é passível de sofrer dano moral e sendo assim deve ser indenizada por esse dano extrapatrimonial.

A consolidação do entendimento de que entes coletivos são detentores de direitos de personalidade, por parte do Superior Tribunal de Justiça se dá com base no artigo 52 do Código Civil, em relação aos direitos ligados a sua integridade moral, e a possibilidade de serem lesados extrapatrimonialmente, sendo lesão a parte do dano emergente e lucro cessante.

Essa corrente aduz ainda que não apenas a lesão a honra objetiva, que é a causa mais corriqueira de dano moral a pessoa jurídica, mas a lesão a outras direitos de personalidade também são causa de reparação. Como exemplo, a ofensa ao nome da empresa, violação de sigilo profissional ao expor dados sigilosos interno da empresa.

Por tanto, para a doutrina e jurisprudência majoritárias fica nítida a extensão dos direitos de personalidade a pessoa jurídica, devendo ser tutelados tais direitos e como forma de quantificação usados os mesmos métodos aplicáveis as pessoas físicas.

80 BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. AC: 200351060018007 RJ 2003.51.06.001800-7, 6ª Turma Especializada. Relator: Desembargadora Federal Carmen Silvia Lima de Arruda, Data de Julgamento: 25/07/2011. Disponível em: <www.trf2.jus.br>. Acesso em: 21 mai. 2017

5.2.2 Correntes que negam a possibilidade da pessoa jurídica sofrer danos morais

Esta corrente é contrária à possibilidade das pessoas jurídicas sofrerem danos em sua personalidade, uma vez que os direitos da personalidade somente são atribuídos aos seres humanos, logo não poderiam sofrer danos morais.

Tal tese entende que as pessoas jurídicas possuem significados e fundamentos diversos da pessoa humana, pois a pessoa física possui aspectos diferentes da pessoa jurídica, atributos que não são aplicáveis a essa, e que esta reflete um interesse patrimonial, logo os direitos da personalidade, uma vez que esses traduzem valores extrapatrimoniais, não poderiam à pessoa jurídica serem aplicados tendo em vista que o fundamento da tutela é diverso, estabelecendo que os direitos da personalidade visam garantir à pessoa humana seu pleno e livre desenvolvimento.⁸¹

Gustavo Tepedino a determina:

As lesões atinentes às pessoas jurídicas, quando não atingem, diretamente, as pessoas dos sócios ou acionistas, repercutem exclusivamente no desenvolvimento de suas atividades econômicas, estando a merecer, por isso mesmo, técnicas de reparações específicas e eficazes, não se confundindo, contudo, com os bens jurídicos traduzidos na personalidade humana (a lesão à reputação de uma empresa comercial atinge – mediata ou imediatamente – os resultados econômicos, em nada se assemelhando, por isso mesmo, à chamada *honra objetiva*, com os direitos da personalidade).

(...)

Com base em tais premissas metodológicas, percebe-se o equívoco de se imaginar os direitos da personalidade e o ressarcimento por danos morais como categorias neutras, tomadas de empréstimo pela pessoa jurídica para a sua tutela (tida como maximização de seu desempenho econômico e de sua lucratividade). Ao revés, o intérprete deve estar atento para a diversidade de princípios e valores que inspiram a pessoa física e a pessoa jurídica, e para que esta, como comunidade intermediária constitucionalmente privilegiada, seja merecedora de tutela jurídica apenas e tão-somente como um instrumento (privilegiado) para a realização social das pessoas que, em seu âmbito de ação é capaz de congrega.⁸²

Logo, para Gustavo Tepedino, a pessoa jurídica não faz jus aos direitos da personalidade, tendo em vista que a lesão a um direito supostamente extrapatrimonial, sempre irá causar um impacto patrimonial, portanto não compatível com a característica existencial dos direitos da personalidade, inerentes a pessoa humana.

81 TEPEDINO, Gustavo. **A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro, em Temas de Direito Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 52.

82 Ibid., p. 52-53.

Tepedino continua:

Daí a necessidade de uma reelaboração dogmática, de molde a subordinar a lógica patrimonial àquela existencial, estremando, de um lado, as categorias da empresa, informadas pela ótica do mercado e da otimização dos lucros, e, do outro, as categorias atinentes à pessoa humana, cuja dignidade é o princípio basilar posto ao vértice hierárquico do ordenamento.⁸³

Pablo Malheiros da Cunha Frota é um dos autores que perfilha este entendimento:

A pessoa jurídica foi criada para desenvolver as potencialidades e os projetos da vida dos seres humanos. (...) Equipará-las para fins de reparação por danos não materiais é comprometer a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana alinhavado na Constituição Federal de 1988, o que acarreta a redução e o descompromisso do discurso do direito com os valores e princípios constitucionais, a ceder as tentações neoliberais de ‘flexibilidade e desregulamentação’.⁸⁴

A tese, que defende a impossibilidade de a pessoa jurídica ser destinatária dos direitos da personalidade e consequentemente sofrer danos morais, deu origem ao Enunciado de número 286 da IV Jornada de Direito Civil, coordenada pelo Conselho de Justiça Federal que diz o seguinte: “Os direitos da personalidade são direitos inerentes e essenciais à pessoa humana, decorrentes de sua dignidade, não sendo as pessoas jurídicas titulares de tais direitos”. O Enunciado 286 consolidou o entendimento que em virtude da incompatibilidade de alguns atributos da pessoa física com a pessoa jurídica, não podendo ser aplicado o artigo 52 do Código Civil para estender os direitos da personalidade às pessoas jurídicas.

Portanto, em virtude de os direitos da personalidade não serem aplicados à pessoa jurídica, não haveria o que se falar em dano moral da pessoa jurídica.

Há doutrinadores que entendem que não há que se falar em dano moral, e sim, em dano patrimonial indireto, pois embora haja um dano à sua imagem, reputação ou qualquer outro dano à sua honra objetiva, esta irá afetar a sua capacidade de auferir lucros, gerando um dano patrimonial, partilha deste entendimento Nelson Rosenthal quando dispõe que:

Lesões atinentes à reputação da pessoa jurídica, face à perda de sua credibilidade no mercado, repercutem em sua atividade econômica (quando não atingem os sócios). Poder-se-ia, mesmo, cogitar de um dano institucional contra a pessoa jurídica, mas não do dano moral propriamente dito.⁸⁵

⁸³ Ibid., p. 55.

⁸⁴ FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. **Danos morais e a pessoa jurídica**. São Paulo: Método, 2008, p. 244-245.

⁸⁵ ROSENTHAL, Nelson. **Direito das Obrigações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. p. 284.

Obviamente, as pessoas jurídicas são passíveis de sofrer danos à sua imagem, seu nome, credibilidade e reputação de que gozam perante a sociedade. No entanto, os reparos seriam necessariamente sempre de ordem material, sobre o patrimônio das mesmas. E com base em leis esparsas previstas no nosso ordenamento jurídico, que confere tutela a esses atributos da pessoa jurídica. Assim defende a corrente negativista, por exemplo, Gustavo Tepedino:

O ataque que na pessoa humana atinge a sua dignidade, ferindo-a psicológica e moralmente, no caso da pessoa jurídica repercute em sua capacidade de produzir riqueza, no âmbito da atividade econômica por ela legitimamente desenvolvida.⁸⁶

Nesse diapasão, discorre Anderson Schreiber:

A rigor, tais atentados não atingem a dignidade humana, mas o patrimônio das pessoas jurídicas. Por exemplo, se uma matéria jornalística atribui falsamente a certa sociedade empresária o emprego de mão de obra escrava, o atentado ao bom nome da pessoa jurídica não significa nada mais que a desvalorização da sua marca, com eventual queda nas vendas e desestímulo aos negócios. Tais danos são, tecnicamente, danos patrimoniais.⁸⁷

O ente abstrato ao sofrer injúria a sua reputação e credibilidade, acarretaria um abalo de crédito ou de credibilidade, por consequência da difamação sofrida, através de condutas aptas a ferir o bom nome da pessoa jurídica.

Essas lesões sofrida pela pessoa jurídica, em sua reputação acarretando a perda de credibilidade frente ao mercado, tem o condão de repercutir em sua atividade econômica, podendo até mesmo inviabilizar suas atividades em último caso.

Vale lembrar, que os danos morais sofridos pelos seres humanos têm natureza de indenização, não reparando prejuízos, já que tais danos são irreparáveis, mas sim compensando à vítima. Quando se trata de entes abstratos, por não serem capazes de sofrer dor, o mesmo raciocínio não pode ser aplicado. Nesse caso a indenização não pode ser determinada pelo fundamento exclusivo de punição ao ofensor, mas sim no prejuízo patrimonial causado ao ofender a credibilidade ou crédito do ente abstrato.

A ocorrência de abalo a credibilidade ou ao crédito de determinada pessoa jurídica, traz como consequência a perda de clientes, negócios futuros, vendas diminuídas, dificuldade de

86 TEPEDINO, Gustavo. **A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro, em Temas de Direito Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 61

87 SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22

se conseguir crédito junto a instituições financeiras, podendo levar até ao fechamento das portas. Assim, fica evidente que o prejuízo sofrido é sempre exclusivamente patrimonial.

Em realidade, segunda Gisela Sampaio da Cruz, as construções que pretendem aplicar às pessoas jurídicas a ideia de dano moral parecem ser fruto, em grande parte, de uma dificuldade em se provar e quantificar os danos sofridos nos casos em que as pessoas jurídicas sofrem um abalo em sua “honra objetiva”. Em suas palavras, “as construções que pretendem aplicar às pessoas jurídicas a ideia de dano moral são fruto de uma dificuldade quase insuperável de se provar e quantificar os lucros cessantes”.⁸⁸ Logo, a aplicação do dano moral, que a princípio é *in re ipsa*, tornaria mais fácil o reparo aos danos que, se fossem identificados como patrimoniais, dificilmente seriam ressarcíveis.

Seguindo o mesmo entendimento, o ex-Ministro do STF, Carlos Alberto Menezes Direito, enquanto Ministro do STJ, sempre contrário ao entendimento majoritário da corte, defendia com afincos o erro em aceitar a concessão de indenização por danos morais às pessoas jurídicas. Para ele, não haveria base jurídica para esse tipo de postulação, por faltar às pessoas jurídicas a tutela da dignidade, os sentimentos de dor, sofrimento e humilhação (concepção subjetiva do dano moral), além do mais, lesões às pessoas jurídicas sempre trazem prejuízos patrimoniais. No julgamento do REsp 147.702, ele deixa claro seu raciocínio sobre o tema:

Qual é o suporte jurídico para admitir o dano moral da pessoa jurídica? Não se pode configurar a presença de uma dor profunda, de um sentimento íntimo, de uma agressão aos valores éticos, de uma violência contra honra em relação a uma pessoa jurídica. O conceito honra objetiva, opondo-se ao conceito de honra subjetiva, utilizado pela doutrina para justificar o deferimento do dano moral em favor da pessoa jurídica, com todo respeito, é, apenas, um artifício para o fim colimado. Em nenhuma hipótese, e é um fato insuscetível de contestação, a pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Tudo o que se passa na esfera da atividade empresarial, ou não, desenvolvida por sociedades organizadas de acordo com a lei, deve, necessariamente, repercutir no patrimônio. (...) O que não pode existir é a empresa sentir-se ofendida na sua dignidade, na sua honra. Se fosse diferente, estar-se-ia no reino do absurdo.⁸⁹

Ao considerar que todos os danos sofridos pela pessoa jurídica serão sempre patrimoniais, afasta-se a admissão dos direitos da personalidade. No entanto, não afasta a

⁸⁸ CRUZ, Gisela Sampaio da. **Lucros cessantes: do bom senso ao postulado normativo da razoabilidade**. São Paulo: RT, 2011. p. 160

⁸⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Civil. Ação de indenização. Responsabilidade civil. Pessoa jurídica. Dano moral. Recurso Especial nº 1997/0063828-6 (147.702 / MA), da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 21 de novembro de 1997. Recorrente: R D COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, Recorrido: UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A Relator Min. Waldemar Zveiter. 5 de abril de 1999. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acessado em: 23 mai. 2017.

possibilidade de ela vir a sofrer danos a sua imagem ou credibilidade, por exemplo. Mesmo assim, permanecem duas indagações. A primeira seria no tocante as pessoas jurídicas sem fins lucrativos. Sendo assim, havendo um dano à credibilidade deste ente, esta ficaria prejudicada e não haveria qualquer possibilidade de pleitear a sua compensação? A segunda se refere a como seria a compensação dessa espécie de danos, por serem danos extrapatrimoniais, que abalariam a credibilidade dessa pessoa jurídica sem fins lucrativos perante a sociedade?

6 DANO INSTITUCIONAL

Essa nova doutrina representada por nomes como Anderson Schreider, Gustavo Tepedino, Maria Celina Bodin de Moraes e Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal, tem ganhado notoriedade não apenas por apresentar uma leitura civil-constitucional do dano moral, mas também por propor a existência do chamado “dano institucional”.

Essa nova categoria de dano, denominado “dano institucional”, pode ser conceituado como um dano extrapatrimonial, não sendo dano patrimonial muito menos dano moral, atinge a pessoa jurídica em sua credibilidade e respeitabilidade perante a sociedade. Uma vez que, a lesão ao direito ao nome ou à imagem da pessoa jurídica sem fins lucrativos não repercute no seu âmbito patrimonial, para que este ente não fique desprotegido, surge a ideia de danos institucionais.

Maria Celina Bodin de Moraes aduz que a pessoa jurídica que não possui interesse econômico, ou seja, não pretende o lucro, ao sofrer danos em seus aspectos não avaliáveis, em dinheiro, estaria configurado dano institucional, que se distingue do dano moral em razão da indispensabilidade de se provar o potencial prejuízo. Merece destaque seu posicionamento em passagem de sua obra:

As pessoas jurídicas poderão sofrer danos não-patrimoniais quando, por exemplo, a instituição não visar lucro ou quando estiver sendo atacada em aspectos não-avaliáveis, direta e imediatamente, em dinheiro; mas se tratará, talvez, de um “dano institucional” – conceito a ser ainda devidamente delineado – o qual se distinguirá

do dano moral em razão da necessidade de uma comprovação potencial do prejuízo, não se podendo aplicar a tese *in re ipsa*.⁹⁰

A Suprema Corte Argentina acompanha esse entendimento, afastando a possibilidade de danos morais pretendidos por pessoas jurídicas, pois não há qualquer possibilidade desses entes abstratos sofrerem em seu íntimo, não possuindo características psicofísicas. Não podem sofrer dano moral direito, pois não possuem bens extrapatrimoniais que possam ser lesionados, já que possuem fins lucrativos e todos seus bens são patrimoniais.

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal entendem que o arcabouço que dá sustentáculo a figura da pessoa humana “para quem se estruturou o ordenamento jurídico, é distinto do ao que se deu a pessoa jurídica. Daí se vem a preferência pela tutela da pessoa humana, protegendo-se a tutela da pessoa jurídica como forma de “instrumentalização da própria tutela avançada do ser humano”⁹¹.

O doutrinador Gustavo Tepedino, sustenta que somente pessoas jurídicas sem fins lucrativos poderiam ser vítimas de ataques a sua credibilidade, situação que caracterizaria essa nova categoria chamada de danos institucionais, e que merece reparo, não ficando impune o agressor:

O ataque a imagem de uma empresa normalmente se traduz em uma diminuição de seus resultados econômicos. Situações há, contudo, em que a associação sem fins lucrativos, uma entidade filantrópica por exemplo, é ofendida em seu renome. Atinge-se sua credibilidade, chamada de honra objetiva sem que, neste caso, se pudesse afirmar que o dano fosse mensurável economicamente, considerando-se sua atividade exclusivamente inspirada na filantropia. [...] A solução, pois, é admitir que a credibilidade da pessoa jurídica, como irradiação de sua subjetividade, responsável pelo sucesso de suas atividades, é objeto de tutela pelo ordenamento e capaz de se tutelada, especialmente na hipótese de danos institucionais. Tal entendimento mostra-se coerente com o ditado constitucional e não parece destoar do raciocínio que inspirou a recente admissibilidade, pelo STJ, dos danos morais à pessoa jurídica.⁹²

Um dos nomes mais relevantes dessa nova doutrina, Maria Celina Bodin de Moraes, defende a possibilidade de dano moral apenas à pessoa natural e que a pessoa jurídica, em regra, sofre apenas danos patrimoniais, mas vislumbra a possibilidade de sofrer danos extrapatrimoniais se não visar lucro:

90 MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civil-constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 191

91 FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito civil: teoria geral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris., 2010. p. 353

92 TEPEDINO, Gustavo. Crise de fontes normativas e técnica legislativa na parte geral do Código Civil de 2002. In: _____ (coord.). **A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil, constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. XXX.

Consequência, ainda, do exposto é que o dano às pessoas jurídicas não poderá ser concebido na mesma medida que o dano às pessoas físicas, já que a tutela da dignidade constitucional somente protege às pessoas humanas. As pessoas jurídicas poderão sofrer danos não patrimoniais quando, por exemplo, a instituição não visar lucro ou quando estiver sendo atacada em aspectos não-avaliáveis, direta ou indiretamente, em dinheiro; mas se tratará, talvez, de um “dano institucional” – conceito a ser ainda devidamente delineado –, o qual se distinguiria do dano moral em razão da necessidade de uma comprovação potencial do prejuízo, não se podendo aplicar a tese *in re ipsa* [...].⁹³

Com a devida vênia a doutrina que reconhece a pessoa jurídica como vítima de qualquer espécie de dano extrapatrimonial. É necessário reconhecer a brilhante solução e os benefícios que essa nova doutrina encontrou ao atentar-se para necessidade de criação de uma nova categoria de dano, o dano institucional. Assim como aduz a mestre, em direito civil pela UERJ e advogada Carla Wainer Chalhó Lgow:

(...) de um lado, afasta-se o erro metodológico em se admitir que as pessoas jurídicas possam sofrer danos morais. De outro, o reconhecimento do dano institucional facilita a reparação dos prejuízos sofridos pelas pessoas jurídicas diante da ofensa à sua honra objetiva, uma vez que a comprovação desse dano – em especial a sua quantificação – seria bem mais difícil se os prejuízos fossem considerados de ordem patrimonial.⁹⁴

A doutrinadora Maria Celina Bodin de Moraes afirma que o dano institucional teria características diferenciadoras dos danos proporcionados aos seres humanos:

- a) Se faz necessário a comprovação da lesão, não sendo admitida ocorrência do dano *in re ipso*.
- b) A quantificação passaria pelos seguintes critérios: – condição econômica da vítima e estabelecimento de tabela que tenha tetos para as espécies de lesões, avaliadas a partir da repercussão social da lesão para a pessoa jurídica;
- c) O dano terá também natureza indenizatória.⁹⁵

Há quem entenda que as sociedades sem fins lucrativos também visam lucro, no entanto, são aplicadas em sua própria sociedade. Assim, ferindo sua reputação estaria diminuindo sua capacidade de manter seus fins, em última análise, acarretando dano patrimonial. Sérgio Vieira Branco Junior, compartilha desse entendimento:

Mesmo a sociedade sem fins lucrativos normalmente almeja ter lucro, sendo quer, nesse caso, se houver, será empregado na própria sociedade. Dessa forma, sendo ferida a honra objetiva da pessoa jurídica sem fins lucrativos, afirma-se que mesmo nesse caso o que houve foi uma redução patrimonial ou diminuição na expectativa

93 MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civil-constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 191-192.

94 LGOW, CARLA WAINER CHALRÉO. **Pessoas jurídicas e direitos da personalidade: pessoa jurídica pode sofrer dano extrapatrimonial?**. Revista de Direito Privado (São Paulo), v. 51, p. 115-139, 2012. P. 137

95 MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civil-constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 332.

razoável de lucro (lucros cessantes), o que configura, em última análise, dano patrimonial.⁹⁶

Poderia assim concluir, de acordo com Sérgio Vieira Branco Junior, que os danos institucionais acabam, em última análise, gerando danos de natureza patrimonial caracterizando-se pela ofensa a credibilidade ou reputação de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, correndo o risco de acarretar a inviabilização ou dificuldades no funcionamento da entidade filantrópica.

Assim, admitir que a pessoa jurídica sem fins lucrativos não sofreria prejuízos materiais, em decorrência de lesão à sua reputação e credibilidade, comparasse ao disparato de admitir que a pessoa humana, por não ter fins lucrativos, também não pode sofrer prejuízos patrimoniais. Isso nos mostra o quão controverso é o tema sobre lesões extrapatrimoniais das pessoas jurídicas.

Por exemplo, os seres humanos que eram associados à determinada instituição filantrópica ou de assistência religiosa, poderão deixar de exercer as suas atividades voluntárias, a sua participação ativa, de realizar as suas doações em dinheiro, vestuário ou alimentos, perder o título de utilidade pública municipal, estadual e federal, perda de benefícios administrativos e tributários, ficar impedida de firmar convênios com o governo, o que poderá vir a acarretar até mesmo a suspensão das atividades desenvolvidas pela entidade.

Thaita Campos Trevizan, em trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza – CE, em junho de 2010, ao estudar os doutrinadores supracitados, e seus ensinamentos, esclarece que notícias que atinjam a credibilidade perante a sociedade de entidades sem fins lucrativos, ainda que não gerem consequências patrimoniais diretas, têm o condão de atingir as atividades de tais organizações perante os cidadãos, ocasionando assim dano institucional.⁹⁷

Já a ocorrência dos mesmos fatos em face às pessoas jurídicas com finalidade lucrativa, de acordo com Treviazan, ocasionaria simplesmente danos patrimoniais diretos e indiretos,

96 BRANCO JÚNIOR., Sérgio Vieira. **Direitos da personalidade, pessoas jurídicas e dano moral**. In: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves e Guilherme Calmon Nogueira da Gama (coords.). Temas de direito civil empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 163.

97 TREVIZAN, Thaita Campos. **O dano institucional: um novo olhar da responsabilidade civil em relação às pessoas jurídicas**. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, XIX, 2010, Fortaleza, Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010, p. 2993-3004, p. 2999. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3516.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

de quase impossível distinção. Por esse motivo, acredita que as categorias danos patrimoniais e danos morais não abrigam mais as pessoas jurídicas, já que foram construídas em favor da pessoa humana e exclusivamente em relação ela tem validade e eficácia. E, por essa razão, entende que os danos causados à essa pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, seriam sempre institucionais.

Nessa mesma vertente, observa-se um movimento no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através de suas decisões, uma perspectiva mais ampla para o “dano institucional”, entendendo ser além do dano extrapatrimonial sofrido por entidades sem fins lucrativos. Para o Tribunal de Justiça do Paraná o “dano institucional” tem o significado de dano, patrimonial ou não, causado à pessoa jurídica no âmbito de suas relações econômicas.⁹⁸

A título de exemplo, segue alguns julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que coaduna com entendimento exposto nesse capítulo:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - BLOQUEIO INDEVIDO DE LINHA TELEFÔNICA - PESSOA JURÍDICA - DANO INSTITUCIONAL - PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 2 - A hipótese é de ocorrência de dano institucional, já que o ataque à pessoa jurídica repercute em sua capacidade de produzir riqueza, no âmbito de suas atividades econômicas, ainda que não mensurável a priori.⁹⁹

Apelação Cível. Ação de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos materiais e morais. Sentença de parcial procedência. Pleito para o reconhecimento dos danos morais. Impossibilidade. Não comprovação de danos à imagem da pessoa jurídica. Configuração de mero dissabor.1. Quanto às pessoas jurídicas, o dano extrapatrimonial que lhes seja causado não poderá ter o mesmo fundamento nem a mesma medida que o dano sofrido pelas pessoas humanas, já que a tutela da

98 BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 1.521.842-9. Apelante: Local Publicações s/s Ltda, Apelado: Vidraçaria Gouveia Ltda. Relator: Des. Fabian Schweitze. Londrina, 17ª Câmara Cível, DJ 27 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017; BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 1.499.412-2. Apelante: Iveco Latin América Ltda, Apelado: Sedeniro Batista de Oliveira ME. Relatora: Des. Rosana Amara Girardi Fachin, São José dos Pinhais, 17ª Câmara Cível, DJ 22 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017; BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 1422688-7. Apelantes: Oi Móvel S/A, Apelada: Irone A. Roman % Cia. Ltda. Relatora: Des. Joeci Machado Camargo, Maringá, 12ª Câmara Cível, DJ 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017; BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 613508-8. Apelante: Publicar do Brasil Listas Telefônicas Ltda, Apelada: R V Ensino de Idiomas Ltda - Escola FISK. Relator: Des. João Domingos Küster Puppi, Curitiba, 8ª Câmara Cível, DJ 28 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017; BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 548832-6. Apelante: Agrícola Cantelli Ltda, Apelada: TIM Celular S/A. Relator: Des. José Augusto Gomes Aniceto, Guarapuava, 9ª Câmara Cível, DJ 07 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017;

99 BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 576638-9. Apelante: Brasil Telecom S/A, Apelante adesivo: Restaurante West Park Ltda. Apelado: Os mesmos. Relator: Des. Rosana Amara Girardi Fachin, Curitiba, 9ª Câmara Cível, DJ 29 out. 2009. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017

dignidade constitucional somente protege estas últimas. Para a proteção das pessoas jurídicas, contudo, entrevê-se a possibilidade de delinear um tipo de prejuízo que se poderia chamar de ‘dano institucional’. Em contraposição ao dano moral, este teria como características mais visíveis a necessidade de comprovação objetiva da potencialidade do dano e a possibilidade de consideração das condições econômicas da vítima como critério de fixação da reparação. Maria Celina Bodin de Moraes (Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, p. 2007, p.328) 2. Sem anotação em cadastro de restrição, não há que se falar em dano moral.3. Recurso não provido.¹⁰⁰

Com base nos fundamentos expostos, fica a esperança de que o Superior Tribunal de Justiça, transforme seu entendimento consolidado pela Súmula 227, pois não se pode equiparar ente fictícios às pessoas humanas, por razões óbvias já expostas, existe uma diversidade de valores e princípios que compõem os dois institutos. Logo, não se deve mais aceitar a condenação em danos morais às pessoas jurídicas, seja de direito público ou privado, com ou sem finalidade lucrativa, esse posicionamento vem sendo reiteradamente reproduzido pelos tribunais pátrios sem nenhuma fundamentação aprofundada sobre o tema.

Não se quer afirmar que os entes fictícios não são dignos de tutela, pelo contrário, como já demonstrado é merecedor de proteção jurídica pelo ordenamento pátrio, na forma de leis esparsas, sem a necessidade de se atribuir às pessoas jurídicas direitos de personalidade inerentes a pessoa humana. Deve-se utilizar da técnica de arbitramento judicial como solução para quantificação dos danos materiais de difícil liquidação, devido a inexistência de critérios objetivos. Estender as pessoas jurídicas a técnica de arbitramento judicial aplicada para a quantificação dos danos morais sofridos em face das pessoas físicas, não leva a concluir que os entes fictícios possuem direitos de personalidade e legitimidade ativa para requerer indenizações por danos morais.

8 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por finalidade a abordagem de temas que nos permite concluir que a pessoa jurídica não pode ser vítima de danos morais.

100 BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível n. 1355932-9. Apelante: Cobrás Cobranças Ltda. ME., Apelado: TIM Celular S/A. Relator: Des. Luciano Carrasco Falavinha Souza, Maringá, 6ª Vara Cível, DJ 15 set. 2015. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017

O trabalho nos permitiu concluir que as pessoas jurídicas na realidade não fazem jus aos direitos da personalidade, por serem estes intrínsecos à pessoa humana, conquistados pelos indivíduos ao longo da história, principalmente após as duas Grandes Guerras Mundiais. Tais direitos foram consagrados através da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, e logo após inseridos em diversas Constituições criadas em todo o mundo. Logo, não se pode admitir a esses entes fictícios danos extrapatrimoniais.

Os direitos da personalidade são referentes aos aspectos físicos e psíquicos indissociáveis da pessoa humana com base na dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, III, também do Código Civil e outras legislações infraconstitucionais.

A interpretação civil-constitucionalista é fundamental para se consagrar o entendimento pela impossibilidade de direitos ligados exclusivamente à pessoa humana serem estendidos à entes fictícios. A pessoa jurídica possui personalidade jurídica assim como a pessoa natural, seu objetivo é desenvolver os seres humanos, em atividades que não seriam possíveis sem tal instituto, sendo um meio para alcançar esses objetivos e não um fim em si mesmo.

Como mencionado no trabalho, a analogia é perigosa no ordenamento jurídico. E esse estudo recusa o entendimento de que a pessoa jurídica possui direitos de personalidade, por analogia à pessoa humana. Comete erro de ponto de vista, o aplicador do direito ao considerar que a pessoa jurídica possui direitos de personalidade simplesmente por ser pessoa, já que a pessoa jurídica não contém a mesma lógica que rege a pessoa humana.

A pessoa jurídica é guiada por uma lógica patrimonial, movida por lucro e crédito, enquanto a pessoa humana é guiada por uma lógica existencial, regida pela dignidade da pessoa humana. As fundamentações da existência de ambos os institutos são antagônicas.

Diante do que já foi exposto no referido trabalho, é equivocado o entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência pátria que os entes fictícios podem sofrer danos morais, por serem titulares de alguns direitos da personalidade, por exemplo, nome, privacidade, segredo industrial, imagem, honra objetiva, além de outros. Essa compreensão é amparada por meio da Súmula 227 do STJ.

Percebe-se que os entes abstratos não possuem direitos de personalidade. Porém possuem direitos similares aos direitos de personalidade, como o direito à imagem e à privacidade. No entanto, devemos tomar cuidado na análise, visto que esses direitos não se encaixam na lógica que fundamenta os direitos de personalidade, por esses serem inerentes a pessoa humana.

Verifica-se que, a pessoa jurídica merece tutela do ordenamento jurídico pátrio pois podem sofrer danos à sua credibilidade. Esses danos podem trazer consequência as suas atividades, prejudicando o desenvolvimento de seus objetivos. Ao prejudica-las, por consequência lógica, atinge sua capacidade de auferir lucros, sua principal finalidade, sendo os danos dessa natureza de difícil quantificação. Perdendo credibilidade junto ao mercado consumidor, investidores, instituições bancárias, trazendo dano exclusivamente patrimonial a esses entes fictícios.

No entanto, se tratando de entidades sem fins lucrativos, não haverá danos extrapatrimoniais, muito menos patrimonial, mas sim danos institucionais, pois de acordo com a doutrina, tais danos irão prejudicar tão somente o desenvolvimento de suas atividades e consecução dos objetivos do ente fictício.

Conclui-se que os fundamentos, valores e princípios usados como base para orientação desses institutos, são bastante distintos. Enquanto a liberdade de iniciativa e liberdade econômica, previstos na Carta Magna, tutelam a pessoa jurídica, as pessoas naturais estariam protegidas pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, princípio esse que orienta todo o ordenamento jurídico pátrio.

Por essas razões, atentos a diversidade de valores e princípios que orientam a pessoa humana e os entes fictícios, deve-se constituir um novo entendimento, com base em uma interpretação civil-constitucional, no qual a pessoa jurídica é merecedora de tutela jurídica por parte do ordenamento jurídico pátrio, porém sua constituição é tão somente para servir de instrumento para realização e desenvolvimento social dos seres humanos atingirem objetivos que sozinhos não seria possível. Sendo os direitos da personalidade exclusivos a pessoa humana.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Teoria Geral do Direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. **A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

BITTAR, Carlos Alberto. **Responsabilidade Civil: Teoria e Prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

Os direitos da personalidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BRANCO JÚNIOR., Sérgio Vieira. **Direitos da personalidade, pessoas jurídicas e dano moral.** In: Alexandre Ferreira de Assunção Alves e Guilherme Calmon Nogueira da Gama (coords.). Temas de direito civil empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Direitos da Personalidade e Autonomia Privada.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti; TALAVERA, Glauber Moreno; FUJITA, Glauber Moreno; SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio (Coord.) **Comentários ao Código Civil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 138.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Marcelo Freire Sampaio. **Dano moral (extrapatrimonial) coletivo.** São Paulo: Ltr, 2009.

CRUZ, Gisela Sampaio da. **Lucros cessantes: do bom senso ao postulado normativo da razoabilidade.** São Paulo: RT, 2011.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade Civil,** 10 ed., Rio de Janeiro, Forense, 1997. v. II.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** v. 7. 28. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

DONEDA, Danilo. **Os direitos da personalidade no novo código civil**. In: TEPEDINO, Gustavo (coord.). A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ESTEVES, Jean Soldi. Uma perspectiva Civil Constitucional da imagem da pessoa jurídica, In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Coord.). **Questões controvertidas: Parte Geral do Código Civil**. vol. 6. São Paulo: Editora Método, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito civil: teoria geral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris., 2010.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. **Danos Morais e a Pessoa Jurídica**. São Paulo: Método, 2008

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil**. v.3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Atualizadores Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume 4: Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

LGOW, CARLA WAINER CHALRÉO. **Pessoas jurídicas e direitos da personalidade: pessoa jurídica pode sofrer dano extrapatrimonial?**. Revista de Direito Privado (São Paulo), v. 51, p. 115-139, 2012.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder. **Tratado de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, Guilherme Peña de. **Direitos Fundamentais – Conflitos e Soluções**. São Paulo: Editora Labor Juris. s/d.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civilconstitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e questões**. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Renovar, 2007.

PEREIRA, Caio Mario; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Instituições de Direito Civil**. V. 1. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

REIS, Clayton . **Dano Moral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

RIBEIRO, Márcia Carla Pereira; BARROS, Eduardo Bastos. **Anotações sobre a pessoa jurídica e dano moral sob uma perspectiva econômica**. In: Revista de Direito Público da Economia – RDPE: Belo Horizonte, ano 6, n. 21, p. 159-184, jan./mar. 2008.

ROSENVALD, Nelson. **Direito das Obrigações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, De Palácio e. **Vocabulário Jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, 1: Lei de introdução e parte geral**. 6ª ed., São Paulo: Método, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. **A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro, em Temas de Direito Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. Crise de fontes normativas e técnica legislativa na parte geral do Código Civil de 2002. In: _____ (coord.). **A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil, constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____; BARBOZA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de; **Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TREVIZAN, Thaita Campos. **O dano institucional: um novo olhar da responsabilidade civil em relação às pessoas jurídicas**. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, XIX, 2010, Fortaleza, Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010, p. 2993-3004. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3516.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Parte Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZENUN, Augusto. **Dano moral e sua reparação**. Vol. 1. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense. 1998.

